



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Documento Nº 23675/25

EXERCÍCIO: 2025

SUBCATEGORIA: Licitações

JURISDICIONADO: Prefeitura Municipal de São Mamede

DATA DE ENTRADA: 28/02/2025

ASSUNTO: Licitação - 00011/2025 - Dispensa (Lei Nº 14.133/2021) - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA ESPECIALIZADA E ADMINISTRATIVA, NO SISTEMA DE BANCO DE PREÇO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-BPS, REALIZANDO O PREENCHIMENTO DE FORMA CONTÍNUA E MENSAL COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS MENSAIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE - PB.

INTERESSADOS: Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho
Vandico Alves de Oliveira



PROPOSTA DE PREÇO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0011/2025
À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE-PB
 Setor de Licitação

A empresa 50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES, inscrita no CNPJ sob o nº 50.135.408/0001-49, instalada na Av. Francisco Vidal de Moura, 445, Centro, CEP: 58.955-000, Serra Grande/PB, apresenta proposta para prestação de Serviços para o período de 12 meses, de acordo com a tabela abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JUNTO A SECRETARIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO MONITORAMENTO DE ATUALIZAÇÕES E PENDÊNCIAS DO SISTEMA DE BANCO DE PREÇO DE SAÚDE DE FORMA CONTÍNUA E MENSAL NO QUAL O BANCO DE PREÇOS DA SAÚDE (BPS) É UMA FERRAMENTA UTILIZADA PARA COLETAR, ORGANIZAR E DISPONIBILIZAR INFORMAÇÕES SOBRE PREÇOS DE SERVIÇOS E PRODUTOS NA ÁREA DA SAÚDE. O OBJETIVO PRINCIPAL DO BPS É PROMOVER A TRANSPARÊNCIA NOS CUSTOS ASSOCIADOS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE, PERMITINDO QUE GESTORES, PROFISSIONAIS DE SAÚDE E PACIENTES TENHAM ACESSO A DADOS QUE AJUDEM NA TOMADA DE DECISÕES INFORMADAS.	MESES	12	R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00

Serra Grande/PB, 18 de fevereiro de 2025

Documento assinado digitalmente
 MARIA DAVILLA SILVA LOPES
 Data: 18/02/2025 20:22:42-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria D'ávila Silva Lopes
50.135.408/0001-49

 (83) 98127-1465

 mdconsultoriapublica@gmail.com

 Av. Francisco Vidal de Moura, 445
 Bela Vista, 58955-000, Serra Grande-PB



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
 ASSESSORIA JURIDICA- LICITAÇÕES E CONTRATOS



PARECER JURÍDICO

EMENTA: SERVIÇO COMUNS. ASSESSORIA E CONSULTORIA. ACOMPAANHAMENTO DE GESTÃO. BANCO DE PREÇOS DA SAÚDE. RELATÓRIOS. ALIMENTAÇÃO DE DADOS. SECRETARIA DE SAÚDE. INTERESSE PÚBLICO. DISPENSA. LEI Nº 14.133/2021.

I - DA CONSULTA

1. Trata-se de consulta encaminhada pelo agente de contratação, a fim de apurar o procedimento de contratação direta por meio da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 000011/2025**, para o objeto: **Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma continua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.**
2. *A Contratação destina atender a Secretaria de SAÚDE mediante serviços técnicos especializados voltados a alimentação de dados técnicos pertencentes a secretaria, de extrema essencialidade, os quais são submetidos à plataforma do governo federal. Os serviços são para desenvolver as ações continuadas da Saúde, com o acompanhamento de sistema para alimentação de dados e informações da saúde municipal.*
3. Para a verificação da legalidade e regularidade desta contratação, antes da sua ratificação e contratação, solicitou parecer desta assessoria jurídica o agente de contratação. Aponto o recebimento dos autos deste procedimento, que constam:

- a) Document de Demanda da Secretaria de Saude;
- b) Termo de referência;

André Alexandre do Nascimento
 Advogado
 OAB/PB 26301



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
 ASSESSORIA JURIDICA- LICITAÇÕES E CONTRATOS

- c) Pesquisas de preços;
- d) Autorização do gestor municipal;
- e) Atos que nomeia a equipe de licitação;
- f) Disponibilidade orçamentaria;
- g) Protocolo e atuação;
- h) Minuta de contrato.

4. É o relatório, passo a opinar.

II-DA FUNDAMENTAÇÃO - DA APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

5. A princípio devo informar que a Lei Federal nº 14.133/2021, encontra-se, obrigatoriamente vigente a partir de 31 de dezembro de 2023. Necessariamente esta administração pública, doravante 2024, deve mudar a rotina dos procedimentos antigos para adequando aos novos moldes da lei vigente.

6. Considerando que a Lei 14.133/2021 já possui aplicabilidade imediata e obrigatório, que no período de transição não existe mais ficará na obrigatoriedade do administrador público utilizá-la.

7. Não Podemos deixar de observar a regulamentação própria. O município delineou, através do Decreto 001/2024, regulamentação no âmbito municipal, quanto as contratações através de **dispensa e inexigibilidade**, vejamos:

Art. 2º Os procedimentos administrativos para contratação direta, por meio de **inexigibilidade e dispensa**, deverão observar os dispositivos previstos no art. 72, incisos I ao VIII da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Art. 3º - Para os fins de realização de contratação direta do Art. 72 da Lei nº 14.133/2021, compreendendo os casos de dispensa e inexigibilidade, serão exigíveis os seguintes documentos, conforme:

I - O "Documento de Formalização de Demanda" deverá ser anexado em todos os processos de contratação, independente de valor;

André Alexandre de Nascimento
Advogado



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
 ASSESSORIA JURIDICA- LICITAÇÕES E CONTRATOS

II - Nas contratações diretas cujo valor supere o limite previsto no § 2º do Art. 95 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser elaborado procedimento administrativo nos termos art. Art. 72, incisos de I a VIII da Lei 14.133/21;

III - O fornecimento de bens e serviços com execução imediata, cujo valor não ultrapasse o limite previsto no § 2º do Art. 95 da Lei nº 14.133/2021, será dispensa a formalidade de procedimento administrativo, bem como emissão de parecer jurídico, fazendo -se necessário apenas nota de empenho ou carta - contrato.

IV - O Estudo Técnico Preliminar será exigido em contratações diretas, cujo valor da contratação supere a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), podendo ainda ser dispensado nos casos de obras e serviços de engenharia, nos termos do art.08, § 3º da Lei 14.133/2021;

V - A "Análise de Riscos" será exigida nas contratações de valores superiores a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e contemplará a identificação objetiva dos "Riscos Prováveis" entre os contratantes;

IV- Projeto Básico, executivo e arquitetônico para as obras e serviços de engenharia, quando for o caso;

VI - Estudo Socio e técnico quando se tratar de contratações demanda pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Humano.

VII - Estimativa de despesa;

VIII- justificativa de preço;

IX - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

X - razão de escolha do contratado;

XI - parecer jurídico;

XII - parecer técnico, da engenharia, social, laudo/análise médica, quando for o caso;

XIII - autorização da autoridade competente.

8. Diante o exposto, não restam dúvidas sobre a possibilidade de aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 para realizar os processos licitatórios e contratação direta de forma imediata.

III- DA CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO

9. Nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 é dispensável a realização de processo licitatório, podendo realizar a contratação direta de serviços comuns e compras no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), *in verbis:*” Art. 75. É dispensável a licitação: II - Para contratação que

André Alexandre do Nascimento
Advogado



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
 ASSESSORIA JURIDICA- LICITAÇÕES E CONTRATOS

envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;"

10. Não podemos esquecer que, atualmente, o valor acima encontra-se atualizado em R\$ R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil e setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), nos termos do decreto federal nº Decreto nº 12.343/2024, assim vejamos:

Art. 1º

Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

Art. 2º A atualização dos valores de que trata o art. 1º será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme o disposto no art. 182 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

ANEXO

ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#)

DISPOSITIVO	VALOR ATUALIZADO
Art. 6º, <i>caput</i> , inciso XXII	R\$ 250.902.323,87 (duzentos e cinquenta milhões novecentos e dois mil trezentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos)
Art. 37, § 2º	R\$ 376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos)
Art. 70, <i>caput</i> , inciso III	R\$ 376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos)
Art. 75, <i>caput</i> , inciso I	R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos)
Art. 75, <i>caput</i> , inciso II	R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)
Art. 75, <i>caput</i> , inciso IV, alínea "c"	R\$ 376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos)
Art. 75, § 7º	R\$ 10.036,10 (dez mil trinta e seis reais e dez centavos)
Art. 95, § 2º	R\$ 12.545,11 (doze mil quinhentos e quarenta e cinco reais e onze centavos)
Art. 184-A	R\$ 1.576.882,20 (um milhão quinhentos e setenta e seis mil oitocentos e oitenta e dois reais e vinte centavos)

André Alexandre do Nascimento
 Advogado
 OAB/PB 26301



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
 ASSESSORIA JURIDICA- LICITAÇÕES E CONTRATOS

11. Consta nos autos do processo: i) ampla pesquisa de mercado realizado pelo Setor de Licitação, 1) A empresa escolhida apresente o menor valor para realizar a contratação, 2) o valor global orçado para a contratação é a média de **R\$: 45.999,96 (Quarenta e Cinco Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Seis).**

12. A priori o fornecimento poderá ser contratado de forma direta, uma vez que o valor orçado se enquadra na hipótese do art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, mas é necessário verificar também a formalidade exigida no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021 para poder realizar a contratação direta.

13. Os autos do processo estão devidamente instruídos com os seguintes documentos:

a) Com o pedido de contratação do objeto e com o respectivo termo de referência, formalizando a demanda, conforme exigido no art. 72, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) O termo de referência, onde consta a descrição técnica do objeto, e o prazo para execução; consta também nos autos do processo os orçamentos elaborados pelo Setor de Licitação, assim estimando a despesa para execução, conforme exigido no art. 72, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) A dotação orçamentária por onde correrão as despesas com a contratação do serviço, cumprindo o art. 72, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

d) Consta a pesquisa de preços realizadas pelo Setor de Licitação, onde a empresa escolhida para executar do objetivo foi escolhida por ter apresentado o menor preço, cumprindo o art. 72 incisos VI e VII da Lei Federal nº 14.133/2021.

e) Toda documentação de habilitação e qualificação da empresa escolhida, demonstrando que a empresa escolhida preenche os requisitos



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
 ASSESSORIA JURIDICA- LICITAÇÕES E CONTRATOS

de habilitação e qualificação mínima necessária, conforme dispõe o art. 72 inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. Cumpre salientar que a administração pública deve observar se não registra fracionamento de despesas, ou outras palavras seria mais de uma dispensa com objeto sinônimos, evitar a realização do processo licitatório.

15. Por oportuno, verifico estar presente o interesse público na contratação de empresa para execução do objeto.

IV- DO CONTRATO

16. Ao analisar a minuta de contrato, verifico que consta os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo da contratação direta e a sujeição dos contratantes às normas da Lei 14.133/2021 e às cláusulas contratuais.

17. Verifiquei também a existência de cláusulas que dispõe sobre o preço e as condições de pagamento, a periodicidade pagamento, o crédito pelo qual correrá a despesa, a data-base e a periodicidade de reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária.

18. Consta com clareza e precisão as condições para execução do contrato, cláusulas que definem os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, casos de extinção e alteração do contrato, e já a designação do fiscal do contrato no próprio instrumento.

19. Portanto, a referida Minuta de Contrato, atendeu todos os dispositivos da Lei 14.133/2021, assim decidi emitir parecer aprovando a presente minuta de Contrato.

V - DA PUBLICIDADE E DA EFICÁCIA DO CONTRATO

André Alexandre do Nascimento
 Advogado
 OAB/PB 26301



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
 ASSESSORIA JURIDICA- LICITAÇÕES E CONTRATOS

20. A Lei nº 14.133/2021 instituiu o Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP. Trata-se de um site que reunirá informações sobre todas as licitações e contratos administrativos regidos pela nova lei de licitações, inclusos União, Estados e Municípios, e que também poderá ser utilizado como plataforma para divulgação das licitações eletrônicas.

21. O art. 94 estabelece que é condição de eficácia dos contratos administrativos a divulgação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas PNCP. O Portal Nacional de Compras Públicas ainda não está em operação pois ainda está em desenvolvimento.

22. Os municípios com até 20.000 (vinte mil habitantes) terão o prazo de 6 (seis) anos, contados da publicação da Lei 14.133/2021 para realizar procedimentos eletrônicos, conforme regra de transição estabelecida no art. 176.

23. É notório que o Portal Nacional de Compras Públicas já se encontra disponível para ser utilizado, a partir de 2022. Por outro, lado os municípios de até 20.000 (vinte mil habitantes) deverão publicar no diário oficial e divulgar no sítio eletrônico oficial, os atos praticados com fundamento na Lei 14.133/2021, admitida a publicação na forma de extrato nos termos do art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei 14.133/2021.

24. Considerando que, atualmente, o **Município de São Mamede -PB** possui menos que 20 (vinte mil) habitantes, é que dispõe o portal eletrônico do IBGE da última contagem deverá publicar no diário oficial podendo ser na forma de extrato, e divulgar no sítio eletrônico oficial o ato que autorizou a contratação e o contrato, como condição de eficácia da contratação e do contrato.

VI - CONCLUSÃO

25. Diante o exposto, entendo que a contratação direta para o presente objeto é a melhor escolha, uma vez que está enquadrada na hipótese do art.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
ASSESSORIA JURIDICA- LICITAÇÕES E CONTRATOS

75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e cumpriu os requisitos material e formal exigidos para que se contrate de forma direta.

26. Este é o nosso parecer, S.M.J.

São Mamede - PB, 13 de fevereiro de 2025.

André Alexandre do Nascimento
Advogado
OAB/PB 26301


Santos & Nascimento Advogados Associados
Assessoria jurídica



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**



DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 00011/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve **HOMOLOGAR** o Processo de Dispensa de Licitação N.º 00011/2025, objetivando a Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB, em favor da empresa qual seja: 50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES, CNPJ Nº 50.135.408/0001-49, com endereço AV Francisco Vidal de Moura, nº 445, Bela Vista, Serra Grande – PB, CEP: 58.955-000. Apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), perfazendo o valor global de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), durante o presente exercício financeiro.

São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



Pesquisa de Preços

EMPRESA: JOSE CARLOS RODRIGUES COSTA

CNPJ: 54.165.397/0001-09

ENDERÇO: Endereço: Rua Santa Isabel,sn

Bairro: centro Cidade: São José de Caiana, UF: PB

A Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, vem solicitar cotação de preços para compor procedimento de licitação, para cotação de empresa a fim de realizar procedimento de contratação, conforme segue abaixo.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P. TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JUNTO A SECRETARIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO MONITORAMENTO DE ATUALIZAÇÕES E PENDÊNCIAS DO SISTEMA DE BANCO DE PREÇO DE SAÚDE DE FORMA CONTÍNUA E MENSAL NO QUAL O BANCO DE PREÇOS DA SAÚDE (BPS) É UMA FERRAMENTA UTILIZADA PARA COLETAR, ORGANIZAR E DISPONIBILIZAR INFORMAÇÕES SOBRE PREÇOS DE SERVIÇOS E PRODUTOS NA ÁREA DA SAÚDE. O OBJETIVO PRINCIPAL DO BPS É PROMOVER A TRANSPARÊNCIA NOS CUSTOS ASSOCIADOS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE, PERMITINDO QUE GESTORES, PROFISSIONAIS DE SAÚDE E PACIENTES TENHAM ACESSO A DADOS QUE AJUDEM NA TOMADA DE DECISÕES INFORMADAS.	MÊS	12	4.000,00	48.000,00
				Total	48.000,00

VALOR GLOBAL: 48.000,00

Validade: 60 dias

Data: 05 / Fevereiro / 2025.

José Carlos Rodrigues Costa
Responsável Pela empresa



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



Pesquisa de Preços

EMPRESA: MARIA DAVILLA SILVA LOPES_____.

CNPJ: __ 50.135.408/0001-49_____.

ENDERÇO: __ na Av. Francisco Vidal de Moura, 445, Centro, CEP: 58.955-000,

Serra Grande/PB.

A Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, vem solicitar cotação de preços para compor procedimento de licitação, para cotação de empresa a fim de realizar procedimento de contratação, conforme segue abaixo.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P. TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JUNTO A SECRETARIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO MONITORAMENTO DE ATUALIZAÇÕES E PENDÊNCIAS DO SISTEMA DE BANCO DE PREÇO DE SAÚDE DE FORMA CONTÍNUA E MENSAL NO QUAL O BANCO DE PREÇOS DA SAÚDE (BPS) É UMA FERRAMENTA UTILIZADA PARA COLETAR, ORGANIZAR E DISPONIBILIZAR INFORMAÇÕES SOBRE PREÇOS DE SERVIÇOS E PRODUTOS NA ÁREA DA SAÚDE. O OBJETIVO PRINCIPAL DO BPS É PROMOVER A TRANSPARÊNCIA NOS CUSTOS ASSOCIADOS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE, PERMITINDO QUE GESTORES, PROFISSIONAIS DE SAÚDE E PACIENTES TENHAM ACESSO A DADOS QUE AJUDEM NA TOMADA DE DECISÕES INFORMADAS.	MÊS	12	3.500,00	42.000,00
				Total	

VALOR GLOBAL: __ 42.000,00 _____

Validade: __ 90 DIAS _____.

Data: 04/_ FEVEREIRO _/2025.

Maria D'avilla Silva Lopes

Maria D'avilla Silva Lopes
50.135.408/0001-49



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



Pesquisa de Preços

EMPRESA: __EDERSON LOPES DA SILVA - MEI,.

CNPJ: __ 35.221.741/0001-87.

ENDERÇO: _Av. Francisco Vidal de Moura, 533, Centro, CEP: 58.955-000, Serra Grande/PB.

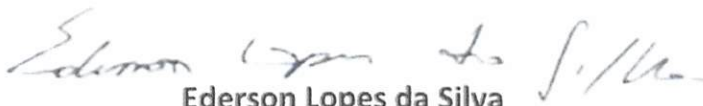
A Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, vem solicitar cotação de preços para compor procedimento de licitação, para cotação de empresa a fim de realizar procedimento de contratação, conforme segue abaixo.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P. TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JUNTO A SECRETARIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO MONITORAMENTO DE ATUALIZAÇÕES E PENDÊNCIAS DO SISTEMA DE BANCO DE PREÇO DE SAÚDE DE FORMA CONTÍNUA E MENSAL NO QUAL O BANCO DE PREÇOS DA SAÚDE (BPS) É UMA FERRAMENTA UTILIZADA PARA COLETAR, ORGANIZAR E DISPONIBILIZAR INFORMAÇÕES SOBRE PREÇOS DE SERVIÇOS E PRODUTOS NA ÁREA DA SAÚDE. O OBJETIVO PRINCIPAL DO BPS É PROMOVER A TRANSPARÊNCIA NOS CUSTOS ASSOCIADOS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE, PERMITINDO QUE GESTORES, PROFISSIONAIS DE SAÚDE E PACIENTES TENHAM ACESSO A DADOS QUE AJUDEM NA TOMADA DE DECISÕES INFORMADAS.	MÊS	12	4.000,00	48.000,00
				Total	

VALOR GLOBAL: __48.000,00__

Validade: __ 60 DIAS __.

Data: _05_/_FEVEREIRO_/2025.


Ederson Lopes da Silva
Empresário



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**



JUSTIFICATIVA DO PREÇO: Pesquisa de mercado

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da respectiva solicitação: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA ESPECIALIZADA E ADMINISTRATIVA, NO SISTEMA DE BANCO DE PREÇO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-BPS, REALIZANDO O PREENCHIMENTO DE FORMA CONTINUA E MENSAL COM EMISSÃO DE RELATÓRIO MENSAIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB.**

2.0.DA PESQUISA DE MERCADO

2.1. Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o menor preço encontrado. pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

2.2.Mês que serviu de base para elaboração da referida pesquisa: Fevereiro de 2025.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	V.UNIT.	V. TOTAL
1	Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma continua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.	MÊS	12	R\$ 3.833,33	R\$ 45.999,96
Total					R\$ 45.999,96

3.0.DO VALOR

3.1.A estimativa preliminar total é equivalente a R\$ 45.999,96.

4.0.DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

REPORT OF THE SECRETARY TO THE BOARD OF ADVISORS

01-5180; 000000

[illegible]

5.0 DA PESQUISA DE MERCADO

divulgação do edital, relacionamos abaixo o preço de referência considerado válido os organismos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data da seja apresentada justificativa de escolha desses fornecedores e que não tenham sido no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o menor preço encontrado, depois direta com de parâmetro de seleção de melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da 3.1. Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio

3.2. Não se serviu de base para elaboração da referida pesquisa; Revendo de 2022.

UNIDADE QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	TOTAL
1	100,00	100,00
2	200,00	200,00
3	300,00	300,00
4	400,00	400,00
5	500,00	500,00
6	600,00	600,00
7	700,00	700,00
8	800,00	800,00
9	900,00	900,00
10	1000,00	1000,00
11	1100,00	1100,00
12	1200,00	1200,00
13	1300,00	1300,00
14	1400,00	1400,00
15	1500,00	1500,00
16	1600,00	1600,00
17	1700,00	1700,00
18	1800,00	1800,00
19	1900,00	1900,00
20	2000,00	2000,00
21	2100,00	2100,00
22	2200,00	2200,00
23	2300,00	2300,00
24	2400,00	2400,00
25	2500,00	2500,00
26	2600,00	2600,00
27	2700,00	2700,00
28	2800,00	2800,00
29	2900,00	2900,00
30	3000,00	3000,00
31	3100,00	3100,00
32	3200,00	3200,00
33	3300,00	3300,00
34	3400,00	3400,00
35	3500,00	3500,00
36	3600,00	3600,00
37	3700,00	3700,00
38	3800,00	3800,00
39	3900,00	3900,00
40	4000,00	4000,00
41	4100,00	4100,00
42	4200,00	4200,00
43	4300,00	4300,00
44	4400,00	4400,00
45	4500,00	4500,00
46	4600,00	4600,00
47	4700,00	4700,00
48	4800,00	4800,00
49	4900,00	4900,00
50	5000,00	5000,00
51	5100,00	5100,00
52	5200,00	5200,00
53	5300,00	5300,00
54	5400,00	5400,00
55	5500,00	5500,00
56	5600,00	5600,00
57	5700,00	5700,00
58	5800,00	5800,00
59	5900,00	5900,00
60	6000,00	6000,00
61	6100,00	6100,00
62	6200,00	6200,00
63	6300,00	6300,00
64	6400,00	6400,00
65	6500,00	6500,00
66	6600,00	6600,00
67	6700,00	6700,00
68	6800,00	6800,00
69	6900,00	6900,00
70	7000,00	7000,00
71	7100,00	7100,00
72	7200,00	7200,00
73	7300,00	7300,00
74	7400,00	7400,00
75	7500,00	7500,00
76	7600,00	7600,00
77	7700,00	7700,00
78	7800,00	7800,00
79	7900,00	7900,00
80	8000,00	8000,00
81	8100,00	8100,00
82	8200,00	8200,00
83	8300,00	8300,00
84	8400,00	8400,00
85	8500,00	8500,00
86	8600,00	8600,00
87	8700,00	8700,00
88	8800,00	8800,00
89	8900,00	8900,00
90	9000,00	9000,00
91	9100,00	9100,00
92	9200,00	9200,00
93	9300,00	9300,00
94	9400,00	9400,00
95	9500,00	9500,00
96	9600,00	9600,00
97	9700,00	9700,00
98	9800,00	9800,00
99	9900,00	9900,00
100		

POLYMER LETTERS

20,000.00 per annum for the year ending 31.03.2019

0/0AT9T100 AD 250010/00 241.6.4



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



4.1.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nos casos previstos na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão da ordem de serviço:

Início: Imediato

4.2. A vigência do presente contrato vigorará a partir da assinatura do contrato, 12 (doze) meses, nos termos do art. 105, da Lei n.º 14.133/2021.

4.3.Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

4.4.Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.5.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.6.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.7.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.8.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.9.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.10.O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

4.11.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de

ESTIMATIVA DA DESPESA

4.1. O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação é de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, e a execução dos serviços será iniciada a partir da emissão da ordem de serviço.

Início: imediato

4.2. A vigência do presente contrato vigorará a partir da assinatura do contrato, 12 (doze) meses, nos termos do art. 108, da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Os preços contratados são fixos e inalteráveis no prazo de um ano.

4.4. Durante o prazo de vigência do contrato, o contratante poderá solicitar ao Contratado, a qualquer tempo, a realização de auditoria para verificar a ocorrência de despesas incorridas pelo Contratado, bem como a ocorrência de despesas não autorizadas pelo Contratante. A auditoria será realizada pelo Contratante, com a presença do Contratado, e a ocorrência de despesas não autorizadas pelo Contratante será considerada uma ocorrência de inadimplência do Contratado.

4.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o reajuste mínimo de um ano será de 5% (cinco por cento) sobre o valor anterior.

4.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela fórmula: $V = I \times (I - 1) \times 100$, onde V é o valor da diferença correspondente ao índice divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.7. Nas situações finais, o índice utilizado para reajuste será, definitivamente, o índice divulgado pelo Contratante.

4.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou se qualquer forma não possa mais ser utilizada, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão, por meio de acordo, o índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.10. O reajuste poderá ser realizado por aproximamento.

4.11. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do recebimento da documentação completa de fato imprevisto ou provável de



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

4.12.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

São Mamede -PB, 07 de Fevereiro de 2025.

VANILDA GAMBARRA DE MEDEIROS LOPES
Secretária de Saúde

Vanilda Gambarra de Medeiros Lopes
Secretária de Saúde
Mat.: 15008



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1.Introdução

Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares, onde será avaliada a contratação pretendida, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, quando for considerada viável, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.Objeto

Constitui objeto do presente estudo técnico a pretensa: Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

3.Necessidade da contratação

A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: A necessidade da devida efetivação desta contratação é considerando que a prestação de serviços técnicos e especializados de assessoria junto a secretaria e fundo municipal de saúde no monitoramento de atualizações e pendências do sistema de banco de preço de saúde é uma ferramenta utilizada para coletar, organizar e disponibilizar informações sobre preços de serviços e produtos na área da saúde. O objetivo principal do bps é promover a transparência nos custos associados aos serviços de saúde, permitindo que gestores, profissionais de saúde e pacientes tenham acesso a dados que ajudem na tomada de decisões informadas. Portanto é considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

4.Alinhamento aos planos da Administração

A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

5.Requisitos da contratação

As características e especificações do objeto da referida contratação são:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.	MÊS	12

O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:

Início: Imediato;

Conclusão: A vigência da presente contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.



ESTADO DE PARANÁ MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1. Introdução

Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares para a construção de uma unidade de atendimento à população, com o objetivo de fornecer informações e necessidades da comunidade, representadas pela sua estrutura organizacional.

2. Objetivos

Os objetivos do presente estudo são: avaliar a situação atual do atendimento à população, identificar as necessidades e expectativas da comunidade, e apresentar propostas de melhoria para a estrutura organizacional e administrativa do Município de São Mateus.

3. Necessidade de contratação

A contratação de um profissional qualificado para a realização do presente estudo é necessária para a realização de uma avaliação técnica e administrativa da estrutura organizacional e dos serviços oferecidos pelo Município de São Mateus. O profissional contratado deverá ser capaz de identificar as necessidades e expectativas da comunidade, e apresentar propostas de melhoria para a estrutura organizacional e administrativa do Município de São Mateus.

4. Administração dos recursos

A contratação de um profissional qualificado para a realização do presente estudo é necessária para a realização de uma avaliação técnica e administrativa da estrutura organizacional e dos serviços oferecidos pelo Município de São Mateus. O profissional contratado deverá ser capaz de identificar as necessidades e expectativas da comunidade, e apresentar propostas de melhoria para a estrutura organizacional e administrativa do Município de São Mateus.

5. Metodologia de contratação

A contratação de um profissional qualificado para a realização do presente estudo é necessária para a realização de uma avaliação técnica e administrativa da estrutura organizacional e dos serviços oferecidos pelo Município de São Mateus.

6. Anexos

1. Plano de Trabalho

2. Termo de Referência

3. Edital de Licitação

4. Contrato de Prestação de Serviços

5. Relatório Final

6. Outros documentos

7. Assinatura do Responsável

8. Assinatura do Encarregado

9. Assinatura do Assessor

10. Assinatura do Técnico

11. Assinatura do Auxiliar

12. Assinatura do Agente

13. Assinatura do Operário

14. Assinatura do Aprendiz

15. Assinatura do Estagiário

16. Assinatura do Voluntário

17. Assinatura do Contratado

18. Assinatura do Contratante



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



A contratação do serviço, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Uma vez autorizada, a contratação pretendida deverá possuir previsão e adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente, necessariamente demonstrada, e compatibilidade com as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

6. Relação entre a demanda pretendida e o dimensionamento do serviço

O quantitativo e a respectiva unidade atribuída, fundamentais ao dimensionamento da pretensa contratação em função da utilização provável, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente; a fim de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou mesmo a necessidade de se realizar novo certame, com consequente perda de economia de escala.

7. Levantamento de mercado

Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consultas aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as identificadas, quando possível e consideradas viáveis, foram incorporadas na contratação em análise.

Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivam a contratação de forma análoga à que se pretende adotar pela Administração, cumprindo as regras e exigências legais e normativas.

Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o menor preço encontrado. pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

8. Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar

A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB. Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

Nesse mesmo diapasão, sopesadas as possibilidades previstas no Art. 44, da Lei 14.133/21, quando houver, observados os aspectos da demanda requerida, e após considerados os custos e os benefícios de cada opção prevista no referido diploma legal, indica-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, a contratação do objeto do presente estudo técnico preliminar, da forma como se apresenta.

9. Estimativas preliminares dos preços

Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

1. Atribuição de uma tarefa específica a cada participante, de modo a garantir a participação de todos e a obtenção de resultados significativos.

Administração e identificação, sendo possível a consideração através de procedimentos tecnológicos ou inovadores que melhor atendam às necessidades da respectiva sistema de gestão de serviços públicos, com o intuito de identificar a natureza do problema e a solução adequada para a melhoria dos serviços públicos.

[illegible][illegible]

Adminda, a proprietária, obteve o objeto de presente e, portanto, a entrega do objeto de presente não constitui uma prestação de serviço. A entrega do objeto de presente não constitui uma prestação de serviço.

de objeto e seu conteúdo, conforme consulta prévia enviada ao solicitante responsável.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização do seguinte parâmetro: contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.

Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o menor preço encontrado. pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

10. Descrição da solução como um todo

Conforme os elementos apresentados, a solução é Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

11. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela Administração serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala. A norma ainda permite cotação de quantidade inferior à demandada no certame, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o ato convocatório fixar quantitativo mínimo. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será realizado em um único item, conforme as características e especificações constantes da tabela acima destacada.

Considerados os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, acima detalhada e, ainda, as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação não poderá incidir outra possibilidade de parcelamento, quer seja no modo formal, não permitindo a impraticável cotação de quantidade inferior à demandada no procedimento para o respectivo item; quer seja na forma material, não sendo possível a execução em consórcio ou ocorrer a autorização para a realização de subcontratação.

12. Resultados pretendidos

A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

Em termos de economicidade, a efetivação da melhor Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em análise, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do



ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL

Na prestação de serviços, o valor estimado foi baseado nos preços no melhor preço oferecido por meio da utilização de pesquisas realizadas pelas Administrações Públicas, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da proposta, inclusive mediante consulta ao registro de preços, observando o índice de atualização de preços correspondente.

Com base nos critérios para execução do objeto do contrato, definidos por meio de parâmetros estabelecidos no melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 11.133/21, relacionamos abaixo o menor preço encontrado, pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa de escolha fornecedor e que não tenham sido obtidos os documentos com mais de 6 (seis) meses da antecedência da data de divulgação do edital, relacionamos abaixo o preço de referência considerado estatístico.

10. Descrição da solução como um todo

Conforme os elementos apresentados, a solução a ser contratada é prestação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no âmbito do banco de preço do Município de São José-BP2, visando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensal para a secretaria de Saúde do município de São Manoel-PA.

11. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto de contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o contrato a ser licitado. Contratos, outros de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o contrato, podem ser parcelados e, depois, por se serviços essenciais pela Administração, sendo divididos em lotes, partes, parcelas e etapas para se comprovarem técnicas e economicamente viáveis, permitindo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, com objetivo de economia de escala. A forma ainda permite cotação de quantidade inferior a determinada no certame, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o ato contratatório ter quantidade mínima, desde que o contratado, o contratado processo licitatório a ser realizado para realização de prestação de serviços de assessoria especializada e administrativa, com emissão de relatório mensal para a secretaria de Saúde do município de São Manoel-PA.

Considerando os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, além da natureza e, ainda, as particularidades e a natureza das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que o objeto de prestação de serviços de assessoria especializada e administrativa, visando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensal para a secretaria de Saúde do município de São Manoel-PA, não se trata de objeto de prestação de serviços de assessoria especializada e administrativa, podendo ser realizado em um único lote, conforme as características constantes da tabela acima descrita.

12. Justificativa parcelamento

A Administração sempre com a preocupação de prestar serviços, em termos de economicidade, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito ao aspecto ambiental positivo, os seguintes resultados:

Em termos de economicidade, a contratação da melhor Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no âmbito do banco de preço do Município de São José-BP2, visando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensal para a secretaria de Saúde do município de São Manoel-PA.

Com relação à eficiência, o atendimento de todas as demandas técnicas e funcionais, no âmbito das atividades essenciais da Administração, inclusive com a contratação de serviços essenciais, visando a eficiência, a qualidade e a continuidade da prestação de serviços de assessoria especializada e administrativa, com emissão de relatório mensal para a secretaria de Saúde do município de São Manoel-PA, não se trata de objeto de prestação de serviços de assessoria especializada e administrativa, podendo ser realizado em um único lote, conforme as características constantes da tabela acima descrita.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de

inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração.

Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

13.Providências para adequação do ambiente da Administração

Verificou-se não haver a necessidade iminente de providências no sentido de adequações físicas no ambiente da Administração em decorrência da execução do objeto da contratação.

14.Análise de risco

Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

Entende-se que as ações, de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais à contratação do presente serviço deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

15.Conclusão

Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

São Mamede - PB, 03 de Fevereiro de 2025.

VANILDA GAMBARRA DE MEDEIROS LOPES
Secretária de Saúde

Vanilda Gambarra de Medeiros Lopes
Secretária de Saúde
Mat.: 15008



ARMED AND DANGEROUS
RENEWAL OF 2ND LITIGATION AS VIOLENT

Unidades ambientais desviam-se para a conservação, não sendo portanto o principal objetivo, sendo assim, não se tratando de uma atividade ambiental, mas sim de uma atividade econômica. A Administração Ambiental não se trata de uma atividade econômica, mas sim de uma atividade ambiental, sendo assim, não se tratando de uma atividade ambiental, mas sim de uma atividade econômica.

Verificou-se não haver a necessidade imediata de providências no sentido de adequações físicas no ambiente da Administração em decorrência da execução de obras de conservação e manutenção da edificação da Administração no âmbito do Município de São José do Rio Preto.

deveria estar devidamente fundamentada, representando pelas ações administrativas a serem adotadas, observando-se os aspectos a serem observados de seu objeto.

Com base nas especificações de requisitos de software e requisitos de hardware, o desenvolvedor pode criar um modelo de software que descreva a estrutura do sistema e a organização dos dados. Este modelo pode ser usado para gerar o código-fonte do sistema e para validar o sistema antes de ser implantado.

250 Main Street - 1st Floor - 03 de Fevereiro de 2022

SECRETARIA DE SAUDE
VAMUNDA GAMBARRA DE MEDEIROS LOPES

ALL INFORMATION CONTAINED
HEREIN IS UNCLASSIFIED
DATE 08-11-2014 BY 60321



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - APROVAÇÃO

OBJETO: Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma continua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

1.0.DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1.1.O referido Estudo Técnico Preliminar apresenta os trabalhos iniciais realizados, onde foi analisada a contratação pretendida, ao final avaliada como viável, demonstrando os elementos e as indicações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.0.DA APROVAÇÃO

2.1.Fica o Estudo Técnico Preliminar em tela aprovado nos termos como se apresenta.

Estudo Técnico Preliminar aprovado - Art. 6º, XX, da Lei 14.133/21:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

...

XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação."

A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação - planejamento preliminar - e servem para assegurar a sua viabilidade técnica bem como o tratamento de seu impacto ambiental.

São Mamede - PB, 03 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL



ESTADO DA PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - APROVAÇÃO

OBJETO: Contratação de serviços de assessoria especializada e consultoria no sistema de banco de preço do Município de São Manoel, visando o planejamento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensal para a secretaria de Saúde do Município de São Manoel-PR.

1.0 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1.1 O referido Estudo Técnico Preliminar apresenta os trabalhos realizados onde foi analisada a contratação pretendida, ao final avalia-se como viável, demonstrando os elementos e as indicações essenciais para embasar a elaboração do Termo de Referência, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representando pela sua estrutura organizacional.

2.0 DA APROVAÇÃO

2.1 Fica o Estudo Técnico Preliminar em toda a extensão nos termos como se apresenta.

Estudo Técnico Preliminar aprovado - Art. 6º, XXI, da Lei 14.133/21.

Lei nº 14.133/21, art. 6º, XXI, da Lei 14.133/21.

XX - estudo técnico preliminar, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação pública, cujo objetivo é a sua melhor solução e a sua viabilidade, ao longo do processo de planejamento, de forma a garantir a sua viabilidade e a sua execução, bem como o atendimento de seu interesse ambiental.

A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação pública, cujo objetivo é a sua melhor solução e a sua viabilidade, ao longo do processo de planejamento, de forma a garantir a sua viabilidade e a sua execução, bem como o atendimento de seu interesse ambiental.

São Manoel - PR, 03 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO

Presidente Constitucional

Assessoria Técnica Especializada e Consultoria



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**

SECRETARIA DE SAÚDE

São Mamede. - PB, 06 de Fevereiro de 2025.

Senhor prefeito Constitucional,

Solicitamos autorização para realizar procedimento de contratação direta por procedimento de dispensa de Licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, destinado a:

OBJETO: Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

Justificativa para a necessidade da solicitação:

A necessidade da devida efetivação desta contratação é considerando que a prestação de serviços técnicos e especializados de assessoria junto a secretaria e fundo municipal de saúde no monitoramento de atualizações e pendências do sistema de banco de preço de saúde é uma ferramenta utilizada para coletar, organizar e disponibilizar informações sobre preços de serviços e produtos na área da saúde. O objetivo principal do bps é promover a transparência nos custos associados aos serviços de saúde, permitindo que gestores, profissionais de saúde e pacientes tenham acesso a dados que ajudem na tomada de decisões informadas. Portanto é considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

Diante do descrito, comunico a gestor municipal e solicito a autorização para a realização da Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

Informamos que existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Certos de contarmos com imediata aprovação desta solicitação pela sua total relevância e pertinência, ficamos a inteira disposição para maiores informações e demais esclarecimentos que forem julgados necessários.

Em anexo, elementos que instruem a presente Solicitação, inclusive:

- Documento de formalização da demanda - DFD.

Atenciosamente,

VANILDA GAMBARRA DE MEDEIROS LOPES
Secretária de Saúde

Vanilda Gambarra de Medeiros Lopes
Secretária de Saúde
Mat.: 15008



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

São Mamede - PB, 06 de Fevereiro de 2025.

Senhor Prefeito,

Solicitamos autorização para realizar procedimento de contratação direta por Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, destinado a **Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.**

Justificativa para a necessidade da solicitação:

A necessidade da devida efetivação desta contratação é considerando que a prestação de serviços técnicos e especializados de assessoria junto a secretaria e fundo municipal de saúde no monitoramento de atualizações e pendências do sistema de banco de preço de saúde é uma ferramenta utilizada para coletar, organizar e disponibilizar informações sobre preços de serviços e produtos na área da saúde. O objetivo principal do bps é promover a transparência nos custos associados aos serviços de saúde, permitindo que gestores, profissionais de saúde e pacientes tenham acesso a dados que ajudem na tomada de decisões informadas. Portanto é considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

Também encaminhamos juntamente com a presente solicitação termo de referência e valor de referência para contratação, obtida com base em pesquisa de preço realizada previamente junto a fornecedores do ramo de atividade pertinente e/ou banco de preço.

Certos de contarmos com imediata aprovação desta solicitação pela sua total relevância e pertinência, ficamos a inteira disposição para maiores informações e demais esclarecimentos que forem julgados necessários.

Atenciosamente,

Vanilda Gambarra de Medeiros Lopes
Secretária de Saúde
Mat.: 15008

VANILDA GAMBARRA DE MEDEIROS LOPES
Secretária de Saúde



AMERICAN AIRCRAFT
CORPORATION OF DAYTON, OHIO

COPIA DE FOLHA DE JORNAL

2305 ab otenovo ab 30. 89 - ab 30. 89 - ab 30. 89

01019 19 101132

relatório mensal a ser encaminhado a autoridade de saúde do município de São Paulo -
realiza-se a apresentação de forma contínua e mensal com emissão de
certificado de saúde de acordo com o modelo de formulário de saúde
administrativa, no sistema de banco de dados de saúde de São Paulo (SIS-
SAÚDE) e a continuidade de serviços de atendimento especializado e
destinado a Continuação de cuidados de serviços de atendimento especializado e
disponíveis de ligação, nos termos do Art. 23, inciso II, da Lei Federal nº 14.132/21,
colacionamos anteriormente para análise procedendo de continuidade de saúde do

to establish a stable position in the environment

A necessidade da revisão da estratégia de saúde pública do município de São Paulo decorre da necessidade de se estabelecerem prioridades e de se estabelecerem mecanismos de avaliação e de controle. A revisão da estratégia de saúde pública do município de São Paulo é necessária para que se possa estabelecer uma estratégia de saúde pública que seja capaz de responder às necessidades da população e de garantir a qualidade dos serviços de saúde.

Também encaminhamos juntamente com a presente solicitação termo de referência e valor de referência para contratação, obtida com base em pesquisa de preço realizada previamente junto a fornecedores de ramo de atividade pertinente (ou banco de preço).

Para a elaboração dos estudos de impacto ambiental, a equipe de trabalho deverá considerar os seguintes aspectos:

SECRET
NOFORN

51816201031A

SECRET



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



Pesquisa de Preços

EMPRESA: JOSE CARLOS RODRIGUES COSTA

CNPJ: 54.165.397/0001-09

ENDERÇO: Endereço: Rua Santa Isabel,sn

Bairro: centro Cidade: São José de Caiana, UF: PB

A Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, vem solicitar cotação de preços para compor procedimento de licitação, para cotação de empresa a fim de realizar procedimento de contratação, conforme segue abaixo.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P. TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JUNTO A SECRETARIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO MONITORAMENTO DE ATUALIZAÇÕES E PENDÊNCIAS DO SISTEMA DE BANCO DE PREÇO DE SAÚDE DE FORMA CONTÍNUA E MENSAL NO QUAL O BANCO DE PREÇOS DA SAÚDE (BPS) É UMA FERRAMENTA UTILIZADA PARA COLETAR, ORGANIZAR E DISPONIBILIZAR INFORMAÇÕES SOBRE PREÇOS DE SERVIÇOS E PRODUTOS NA ÁREA DA SAÚDE. O OBJETIVO PRINCIPAL DO BPS É PROMOVER A TRANSPARÊNCIA NOS CUSTOS ASSOCIADOS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE, PERMITINDO QUE GESTORES, PROFISSIONAIS DE SAÚDE E PACIENTES TENHAM ACESSO A DADOS QUE AJUDEM NA TOMADA DE DECISÕES INFORMADAS.	MÊS	12	4.000,00	48.000,00
				Total	48.000,00

VALOR GLOBAL: 48.000,00

Validade: 60 dias

Data: 05 / Fevereiro /2025.

José Carlos Rodrigues Costa
Responsável Pela empresa



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



Pesquisa de Preços

EMPRESA: MARIA DAVILLA SILVA LOPES_____.

CNPJ: __ 50.135.408/0001-49_____.

ENDERÇO: __ na Av. Francisco Vidal de Moura, 445, Centro, CEP: 58.955-000,

Serra Grande/PB.

A Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, vem solicitar cotação de preços para compor procedimento de licitação, para cotação de empresa a fim de realizar procedimento de contratação, conforme segue abaixo.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P. TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JUNTO A SECRETARIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO MONITORAMENTO DE ATUALIZAÇÕES E PENDÊNCIAS DO SISTEMA DE BANCO DE PREÇO DE SAÚDE DE FORMA CONTÍNUA E MENSAL NO QUAL O BANCO DE PREÇOS DA SAÚDE (BPS) É UMA FERRAMENTA UTILIZADA PARA COLETAR, ORGANIZAR E DISPONIBILIZAR INFORMAÇÕES SOBRE PREÇOS DE SERVIÇOS E PRODUTOS NA ÁREA DA SAÚDE. O OBJETIVO PRINCIPAL DO BPS É PROMOVER A TRANSPARÊNCIA NOS CUSTOS ASSOCIADOS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE, PERMITINDO QUE GESTORES, PROFISSIONAIS DE SAÚDE E PACIENTES TENHAM ACESSO A DADOS QUE AJUDEM NA TOMADA DE DECISÕES INFORMADAS.	MÊS	12	3.500,00	42.000,00
				Total	

VALOR GLOBAL: __ 42.000,00 _____

Validade: __ 90 DIAS _____.

Data: 04/_ FEVEREIRO _/2025.

Maria D'ávilla Silva Lopes

Maria D'ávilla Silva Lopes
50.135.408/0001-49



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



Pesquisa de Preços

EMPRESA: __EDERSON LOPES DA SILVA - MEI,.

CNPJ: __ 35.221.741/0001-87.

ENDERÇO: __Av. Francisco Vidal de Moura, 533, Centro, CEP: 58.955-000, Serra Grande/PB.

A Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, vem solicitar cotação de preços para compor procedimento de licitação, para cotação de empresa a fim de realizar procedimento de contratação, conforme segue abaixo.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P. TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JUNTO A SECRETARIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO MONITORAMENTO DE ATUALIZAÇÕES E PENDÊNCIAS DO SISTEMA DE BANCO DE PREÇO DE SAÚDE DE FORMA CONTÍNUA E MENSAL NO QUAL O BANCO DE PREÇOS DA SAÚDE (BPS) É UMA FERRAMENTA UTILIZADA PARA COLETAR, ORGANIZAR E DISPONIBILIZAR INFORMAÇÕES SOBRE PREÇOS DE SERVIÇOS E PRODUTOS NA ÁREA DA SAÚDE. O OBJETIVO PRINCIPAL DO BPS É PROMOVER A TRANSPARÊNCIA NOS CUSTOS ASSOCIADOS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE, PERMITINDO QUE GESTORES, PROFISSIONAIS DE SAÚDE E PACIENTES TENHAM ACESSO A DADOS QUE AJUDEM NA TOMADA DE DECISÕES INFORMADAS.	MÊS	12	4.000,00	48.000,00
				Total	

VALOR GLOBAL: __48.000,00__

Validade: __60 DIAS__.

Data: __05 / __ FEVEREIRO __/2025.


Ederson Lopes da Silva
Empresário



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



36

JUSTIFICATIVA DO PREÇO: **Pesquisa de mercado**

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da respectiva solicitação: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA ESPECIALIZADA E ADMINISTRATIVA, NO SISTEMA DE BANCO DE PREÇO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-BPS, REALIZANDO O PREENCHIMENTO DE FORMA CONTINUA E MENSAL COM EMISSÃO DE RELATÓRIO MENSAIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB.**

2.0.DA PESQUISA DE MERCADO

2.1. Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o menor preço encontrado. pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

2.2.Mês que serviu de base para elaboração da referida pesquisa: Fevereiro de 2025.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	V.UNIT.	V. TOTAL
1	Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma continua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.	MÊS	12	R\$ 3.833,33	R\$ 45.999,96
Total					R\$ 45.999,96

3.0.DO VALOR

3.1.A estimativa preliminar total é equivalente a R\$ 45.999,96.

4.0.DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

36

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE-PE

JUSTIFICATIVA DO PREÇO: despesas de mercado

1.0 DO OBJETO
1.1. Constitui objeto da presente contratação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA ESPECIALIZADA E ADMINISTRATIVA, NO SISTEMA DE PREÇO DE PREÇO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS, REALIZANDO O PRECIFICAMENTO DE FORMA CONTÍNUA E MENSAL COM ENLACE DE RELATÓRIO MENSAL PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PE.

2.0 DA PESQUISA DE MERCADO

2.1. Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro de referência de melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o menor preço encontrado, pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa de escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

2.2. Nos que serviu de base para elaboração da referida pesquisa: Fevereiro de 2025.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de preço do Ministério da Saúde-MS, para realização de precificação de forma contínua e mensal com enlace de relatório mensal para a Secretaria de Saúde do Município de São Mamede-PE.	MESES	12	R\$ 3.443,33	R\$ 41.319,96
					R\$ 41.319,96

2.3 DO VALOR

2.3.1 A estimativa preliminar total é equivalente a R\$ 41.319,96.

3.0 DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



4.1.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nos casos previstos na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão da ordem de serviço:

Início: Imediato

4.2. A vigência do presente contrato vigorará a partir da assinatura do contrato, 12 (doze) meses, nos termos do art. 105, da Lei n.º 14.133/2021.

4.3.Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

4.4.Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.5.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.6.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.7.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.8.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.9.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.10.O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

4.11.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de

REPUBLICA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE FINANÇAS

4.1. O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação é de 12 (doze) meses, nos casos previstos na Lei 14.133/21, e será contado a partir da emissão da ordem de serviço.

Início: imediato

4.2. A vigência do presente contrato vigorará a partir da assinatura do contrato, 12 (doze) meses, nos termos do art. 102, da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Os preços contratados são fixos e insuscetíveis no prazo de um ano.

4.4. Durante o prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajustes após o intervalo de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IGP-A acumulado, tomando-se por base o mês de ocorrência da atualização, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da atualização.

4.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratado pagará ao Contratante a importância calculada pela última variação conhecida, ficando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.7. Nas atenuações finais, o índice utilizado para reajustes será, definitivamente, o definitivo.

4.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.10. O reajuste poderá ser realizado por aproximamento.

4.11. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou inevitável do



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

4.12.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

São Mamede -PB, 07 de Fevereiro de 2025.

VANILDA GAMBARRA DE MEDEIROS LOPES
Secretária de Saúde

Vanilda Gambarra de Medeiros Lopes
Secretária de Saúde
Mat.: 15008



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**



TERMO DE REFERÊNCIA

1.0.DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: **Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma continua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.**

2.0.JUSTIFICATIVA

- 2.1. Para a contratação:

2.1.1. A necessidade da devida efetivação desta contratação é considerando que a prestação de serviços técnicos e especializados de assessoria junto a secretaria e fundo municipal de saúde no monitoramento de atualizações e pendências do sistema de banco de preço de saúde é uma ferramenta utilizada para coletar, organizar e disponibilizar informações sobre preços de serviços e produtos na área da saúde. O objetivo principal do bps é promover a transparência nos custos associados aos serviços de saúde, permitindo que gestores, profissionais de saúde e pacientes tenham acesso a dados que ajudem na tomada de decisões informadas. Portanto é considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

3.0.DO SERVIÇO

- 3.1.O quantitativo e a respectiva unidade em função do serviço e utilização prováveis são:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	V.UNIT.	V. TOTAL
1	Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma continua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria	MÊS	12	R\$ 3.833,33	R\$ 45.999,96



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL-REI

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a prestação de serviços de assessoria especializada e consultoria no âmbito de atuação do Município de São João del-Rei, visando o planejamento e a execução de projetos de saúde pública, bem como a elaboração de relatórios mensais para a Secretaria de Saúde do Município de São João del-Rei.

2.0 JUSTIFICATIVA

2.1 Para a contratação:

2.1.1. A necessidade da contratação desta atividade é considerada uma prestação de serviços técnicos e especializados de assessoria e consultoria no âmbito municipal de saúde no monitoramento de atividades e parâmetros do sistema de saúde de São João del-Rei, visando a melhoria da qualidade e a disponibilização de informações sobre a situação da saúde pública. O objetivo principal da contratação é promover a transparência nos custos associados aos serviços de saúde, permitindo que gestores, profissionais de saúde e cidadãos tenham acesso a dados que auxiliem na tomada de decisões informadas. Portanto, a contratação é considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

3.0 DO SERVIÇO

3.1. O quantitativo e a respectiva unidade em função do serviço a ser contratado são:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de serviços de assessoria e consultoria especializada no âmbito municipal de saúde, visando o planejamento e a execução de projetos de saúde pública, bem como a elaboração de relatórios mensais para a Secretaria de Saúde do Município de São João del-Rei.	12	meses	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

de Saúde do município de São Mamede-PB.				
			Total	R\$ 45.999,96

4.0.DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

4.1.Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006, visto estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos incisos II e III, do Art. 49, do mesmo diploma legal.

4.2.A participação no certame, portanto, deverá ser aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

5.4.Observe, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

5.5. Realizar a fiscalização, controle e acompanhamento da execução do objeto do presente contrato

5.6 Dar os meios necessários para o efetivo cumprimento do presente contrato, assegurando pagamento em dia, dentro do prazo acordado.

5.7 Rejeitar os serviços em desconformidade com o presente instrumento.

6.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

de 2025, de acordo com o
Art. 112 a 123 da Lei 14.133/21.

2025
2025

6.6. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MESES

6.6.1. Salienta-se que as regras estabelecidas não se aplicam ao tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts. 43 e 48, do Lei Complementar nº 137/2002, visto estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos incisos II e III, do Art. 48, de mesmo diploma legal.

6.6.2. A participação no certame, portanto, deverá ser aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

6.7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.7.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

6.7.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto do presente contrato, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

6.7.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quando a qualidade dos serviços, exceto a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preços legais.

6.7.4. Observar, em compatibilidade com o objeto do contrato, as disposições dos Arts. 112 a 123 da Lei 14.133/21.

6.7.5. Realizar a fiscalização, controle e acompanhamento da execução do objeto do presente contrato.

6.7.6. Dar os meios necessários para o efetivo cumprimento do presente contrato, assegurando pagamento em dia, dentro do prazo acordado.

6.7.7. Realizar os serviços em conformidade com o presente instrumento.

6.8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**



6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega dos produtos do objeto e, ainda:

6.1.2. Realizar os serviços com empregados capacitados;

6.1.3. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto desde Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto;

6.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.5. Comunicar à Administração, com antecedência, a impossibilidade de cumprimento do objeto contratado, advertindo outro meio para realizar o Serviço;

6.1.6. Manter, durante toda a vigência do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.7. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

6.1.8. Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto, cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

6.1.9 A contratada deverá prestar os serviços no município de São Mamede – PB, ou em escritório da empresa.

6.1.10 Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.

6.1.11 Cumprir com os prazos de alimentação de sistemas;

6.1.12 Comunicar a secretaria de saúde sobre possível informações incoerentes, evitando informações de dados falsos;

7.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



7.1.O prazo máximo para prestação do objeto da contratação, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado:

7.1.1.Início: Imediato.

7.2. A vigência do presente contrato vigorará a partir da assinatura do contrato, tendo 12 (doze) meses de vigência, nos termos do art. 105, da Lei n.º 14.133/2021.

8.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO

8.1.Os preços contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano.

8.2.Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8.O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

8.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

9.0.DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento das despesas decorrentes da prestação dos serviços a que se refere o presente Contrato será realizado com Recursos Orçamentários da Prefeitura Municipal de SÃO MAMEDE - PB;

9.2 – Será emitida nota fiscal, fatura ou documento equivalente, onde os pagamentos serão efetuados, após o atesto da prestação dos serviços pelo Prefeito e outros com poderes a eles delegados, acompanhado da respectiva documentação fiscal.

9.3 – Os pagamentos serão efetuados observando - se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, conforme estabelecido pelo Art.141, da Lei n.º 14.133/2021.

10.0.DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1.Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos Art. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.

10.2.Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 66 a 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica;

qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, dentre outras, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

11.0.DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



12.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

12.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação

de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

13.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: I - dar causa à inexecução parcial do contrato; II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; III - dar causa à inexecução total do contrato; IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Caput as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:



OTIMIZANDO A CÔNCELAÇÃO DE DÉBITOS COM O SUSEP

11.1.1. Formas originadas pelo constante representante com atribuições de Diretor e Fiscal de contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para a organização, execução e fiscalização da contratação e contratação.

atribuições.

SAVITANTRIENKA ŽHŮNARZ PAB.O.S.

[illegible][illegible]

tsionetnyba - i

column - B

III - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;	
---	--

IV - declaração de independência para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos e máximo de 5 (cinco) anos.

3. Содержание



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



50

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Segundo - No caso de atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais, no que diz respeito ao prazo para a prestação dos serviços, será aplicada multa de mora a incidir sobre o valor total do contrato ou parcela em atraso, conforme o caso, no percentual de:

a.1) de 1% (um por cento) sobre o valor contratado por dia de atraso, na inexecução do objeto deste contrato, até o (trigésimo) dia e/ou constado o desacordo com as condições estabelecidas.

b) No caso de descumprimento das obrigações contratuais executadas as situações previstas no subitem anterior serão aplicada multa compensatória no percentual de:

b.1) de 15% (quinze por cento) a ser aplicada sobre o valor do empenho, referente a execução do serviço não executado no caso de inexecução parcial do serviço;

b.2) de 30% (trinta por cento) a ser aplicado sobre o valor do contrato no caso de inexecução total da prestação do serviço.

Parágrafo Terceiro – O valor da multa aplicada será descontado no pagamento e, quando for o caso cobrado judicialmente;

São Mamede -PB, 07 de Fevereiro de 2025.

VANILDA GAMBARRA DE MEDEIROS LOPES
Secretária de Saúde

Vanilda Gambarra de Medeiros Lopes
Secretária de Saúde
Mat.: 15008

50



MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL

I - a natureza e extensão da obrigação;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias relevantes ou similares;

IV - os casos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aprimoramento de programas de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Segundo - No caso de atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais, no que diz respeito ao prazo para a prestação dos serviços, será aplicada multa de mora a incidir sobre o valor total do contrato ou parcela em atraso, conforme o caso, no percentual de:

a.1) de 1% (um por cento) sobre o valor contratado por dia de atraso, na execução do objeto deste contrato, até o (vigésimo) dia após o vencido e de acordo com as condições estabelecidas.

b) No caso de descumprimento das obrigações contratuais executadas as situações previstas no subitem anterior serão aplicadas multa compensatória no percentual de:

b.1) de 15% (quinze por cento) a ser aplicada sobre o valor do empreito, referente a execução do serviço não executado no caso de inexecução parcial do serviço;

b.2) de 30% (trinta por cento) a ser aplicada sobre o valor do contrato no caso de inexecução total da prestação do serviço.

Parágrafo Terceiro - O valor da multa aplicada será descontado no pagamento e, quando for o caso cobrado judicialmente;

São Manoel - PB, 07 de Fevereiro de 2025.

VANDICO A. DE OLIVEIRA
Secretaria de Saúde

Assinatura e Carimbo
Secretaria de Saúde
07/02/2025



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**



TERMO DE REFERÊNCIA - APROVAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA ESPECIALIZADA E ADMINISTRATIVA, NO SISTEMA DE BANCO DE PREÇO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-BPS, REALIZANDO O PREENCHIMENTO DE FORMA CONTINUA E MENSAL COM EMISSÃO DE RELATÓRIO MENSAIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB.

1.0.DO TERMO DE REFERÊNCIA

1.1.O referido Termo de Referência apresenta os elementos necessários e suficientes, com o nível de precisão adequados, para a caracterização do objeto da contratação pretendida, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.0.DA APROVAÇÃO

2.1.Fica o Termo de Referência em tela aprovado na forma como se apresenta.

Termo de Referência aprovado - Art. 6º, XXIII, da Lei 14.133/21:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:"

...

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:"

A elaboração do termo de referência, a partir dos estudos técnicos preliminares, deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação.

São Mamede- PB, 07 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO

Prefeito Constitucional

Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

REFERENTE: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Realização do referido processo de contratação direta objetivando:

Objeto: Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

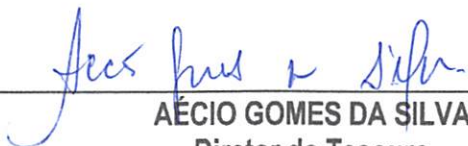
DECLARAÇÃO

Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser contratado ficando, portanto, demonstrada, pela reserva orçamentária que neste ato foi realizada, a compatibilidade da previsão desses recursos com o compromisso a ser assumido:

Recursos Próprios do Município de São Mamede:

02.081 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS - 10 301 2014 2067 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde – 10 301 2014 2129 Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Básica - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.39, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

São Mamede - PB, 10 de Fevereiro de 2025.



AÉCIO GOMES DA SILVA
Diretor do Tesouro



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**



TERMO DE REFERÊNCIA

1.0.DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: **Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma continua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.**

2.0.JUSTIFICATIVA

2.1. Para a contratação:

2.1.1. A necessidade da devida efetivação desta contratação é considerando que a prestação de serviços técnicos e especializados de assessoria junto a secretaria e fundo municipal de saúde no monitoramento de atualizações e pendências do sistema de banco de preço de saúde é uma ferramenta utilizada para coletar, organizar e disponibilizar informações sobre preços de serviços e produtos na área da saúde. O objetivo principal do bps é promover a transparência nos custos associados aos serviços de saúde, permitindo que gestores, profissionais de saúde e pacientes tenham acesso a dados que ajudem na tomada de decisões informadas. Portanto é considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

3.0.DO SERVIÇO

3.1.O quantitativo e a respectiva unidade em função do serviço e utilização prováveis são:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	V.UNIT.	V. TOTAL
1	Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma continua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria	MÊS	12	R\$ 3.833,33	R\$ 45.999,96



TERMO DE REFERÊNCIA

1.1.1. Objeto do presente Termo de Referência

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de serviços de assistência técnica e especializada para a elaboração de projeto de implantação de sistema de saúde municipal de saúde, com ênfase na atenção básica, visando à melhoria da qualidade dos serviços e à redução dos custos, bem como a implementação de medidas de controle de qualidade e de avaliação de desempenho, visando à melhoria da gestão e à redução dos custos, bem como a implementação de medidas de controle de qualidade e de avaliação de desempenho, visando à melhoria da gestão e à redução dos custos.

2.0. JUSTIFICATIVA

2.1. Para a contratação:

A necessidade de desta contratação é considerada uma prestação de serviços técnicos e especializados de assistência técnica e especializada para a elaboração de projeto de implantação de sistema de saúde municipal de saúde, com ênfase na atenção básica, visando à melhoria da qualidade dos serviços e à redução dos custos, bem como a implementação de medidas de controle de qualidade e de avaliação de desempenho, visando à melhoria da gestão e à redução dos custos. A necessidade de desta contratação é considerada uma prestação de serviços técnicos e especializados de assistência técnica e especializada para a elaboração de projeto de implantação de sistema de saúde municipal de saúde, com ênfase na atenção básica, visando à melhoria da qualidade dos serviços e à redução dos custos, bem como a implementação de medidas de controle de qualidade e de avaliação de desempenho, visando à melhoria da gestão e à redução dos custos.

3.0. SERVIÇO

3.1. O contratado terá a obrigação de fornecer, em caráter exclusivo, todos os serviços necessários para a execução do projeto de implantação de sistema de saúde municipal de saúde, com ênfase na atenção básica, visando à melhoria da qualidade dos serviços e à redução dos custos, bem como a implementação de medidas de controle de qualidade e de avaliação de desempenho, visando à melhoria da gestão e à redução dos custos.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de serviços de assistência técnica e especializada para a elaboração de projeto de implantação de sistema de saúde municipal de saúde, com ênfase na atenção básica, visando à melhoria da qualidade dos serviços e à redução dos custos, bem como a implementação de medidas de controle de qualidade e de avaliação de desempenho, visando à melhoria da gestão e à redução dos custos.	01	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**

de Saúde do município de São Mamede-PB.			
	Total		R\$ 45.999,96

4.0.DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

4.1.Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006, visto estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos incisos II e III, do Art. 49, do mesmo diploma legal.

4.2.A participação no certame, portanto, deverá ser aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

5.4.Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

5.5. Realizar a fiscalização, controle e acompanhamento da execução do objeto do presente contrato

5.6 Dar os meios necessários para o efetivo cumprimento do presente contrato, assegurando pagamento em dia, dentro do prazo acordado.

5.7 Rejeitar os serviços em desconformidade com o presente instrumento.

6.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PINHEIRO

de 2025
28/02/2025

28/02/2025
Total

6.0. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MESES

6.1. Salienta-se que as regras contidas no presente não se aplicam às empresas e pessoas físicas que tenham sido contratadas antes da vigência da Lei Complementar nº 133/2005, visto estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos incisos II e III, do Art. 49, do mesmo diploma legal.

6.2. A participação no certame, portanto, deverá ser aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

6.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

6.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

6.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quando a qualidade dos serviços, exceto a mais ampla e completa fiscalização, o que não exclui o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e previstas legais.

6.4. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições das Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

6.5. Realizar a fiscalização, controle e acompanhamento da execução do objeto do presente contrato.

6.6. Dar os meios necessários para o efetivo cumprimento do presente contrato, assegurando pagamento em dia, dentro do prazo acordado.

6.7. Realizar os serviços em conformidade com o presente instrumento.

6.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**



6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega dos produtos do objeto e, ainda:

6.1.2. Realizar os serviços com empregados capacitados;

6.1.3. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto desde Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto;

6.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.5. Comunicar à Administração, com antecedência, a impossibilidade de cumprimento do objeto contratado, advertindo outro meio para realizar o Serviço;

6.1.6. Manter, durante toda a vigência do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.7. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

6.1.8. Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto, cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

6.1.9 A contratada deverá prestar os serviços no município de São Mamede – PB, ou em escritório da empresa.

6.1.10 Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.

6.1.11 Cumprir com os prazos de alimentação de sistemas;

6.1.12 Comunicar a secretaria de saúde sobre possível informações incoerentes, evitando informações de dados falsos;

7.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



7.1.O prazo máximo para prestação do objeto da contratação, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado:

7.1.1.Início: Imediato.

7.2. A vigência do presente contrato vigorará a partir da assinatura do contrato, tendo 12 (doze) meses de vigência, nos termos do art. 105, da Lei n.º 14.133/2021.

8.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO

8.1.Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

8.2.Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8.O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

8.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de



ESTADO DE RORAIMA
GOVERNADOR DO ESTADO

7.1. O prazo máximo para prestação de objeto de contratação, que abranja promulgação nas condições e hipóteses previstas na Lei nº 14.153/11, será o prazo máximo e será considerado

7.1.1 Início: imediato

7.2. A vigência do presente contrato vigorará a partir da assinatura do contrato, tendo 12 (doze) meses de vigência, nos termos do art. 102, da Lei nº 14.153/2011.

8. DO REAJUSTAMENTO EM SERVIÇO ESTINTO

8.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

8.2. Durante o prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-15E acumulado, tomando-se por base o mês de orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciais e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratado pagará ao Contratado a diferença calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que esse ocorrer.

8.5. Nas alterações finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento no prazo do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste poderá ser realizado por apuração.

8.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisto ou previsível de



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

9.0.DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento das despesas decorrentes da prestação dos serviços a que se refere o presente Contrato será realizado com Recursos Orçamentários da Prefeitura Municipal de SÃO MAMEDE - PB;

9.2 – Será emitida nota fiscal, fatura ou documento equivalente, onde os pagamentos serão efetuados, após o atesto da prestação dos serviços pelo Prefeito e outros com poderes a eles delegados, acompanhado da respectiva documentação fiscal.

9.3 – Os pagamentos serão efetuados observando - se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, conforme estabelecido pelo Art.141, da Lei n.º 14.133/2021.

10.0.DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1.Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos Art. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.

10.2.Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 66 a 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica;

qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, dentre outras, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

11.0.DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

consequência inevitável, reservadas as disposições das Arts. 154 e 155 da Lei 14.133/21.

9.6.00 PAGAMENTO

9.1. O pagamento das despesas decorrentes da prestação dos serviços a que se refere o presente Contrato será realizado com Recursos Orçamentários da Prefeitura Municipal de SÃO MAMEDE - PB;

9.2 - Será emitido nota fiscal, (tanto no documento equivalente, como os pagamentos serão efetuados após o atesto da prestação dos serviços pelo Preposto o outros com poderes a ele delegados, acompanhado da respectiva documentação fiscal).

9.3 - Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, conforme estabelecido pelo Art. 151, da Lei nº 14.133/2021.

10.00 VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1. Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será revista antes de sua abertura nos Arts. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.

10.2. Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 67 e 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto eventualmente pactado, divide-se em habilitação jurídica;

qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e tributária; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, dentro de outras, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

11.00 CRITÉRIO DE ADEQUAÇÃO DO PREÇO

11.1. Exatidão a presente contratação e observadas as condições de adimplimento das obrigações pactadas, os procedimentos e condições para receber o preço pelo contratado obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 74, da Lei 14.133/21.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



12.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

12.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação

de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

13.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: I - dar causa à inexecução parcial do contrato; II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; III - dar causa à inexecução total do contrato; IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Caput as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:



OTTERHAYDNESBEE & OGDEN JACOBSON 30 BENTLEY ROAD BOULDER CO.

Acompanhar e localizar sua coleção, respectivamente, permitindo a consulta e o acesso ao conteúdo disponível no sistema de arquivos.

deve ser assinado pelo responsável pelo serviço de saúde, com a presença de testemunhas, e encaminhado para o órgão de saúde competente para a realização da perícia.

SAVTANTENENOA 030742 240.0.11

[illegible]

1. szociális igazságtalanságok (szociális igazságtalanságok) - az emberek közötti
 jövedelmek és vagyonok eloszlásának egyenlőtlen eloszlása.

tsionetisybe - i

Volume - II

III - Impedimento de licitar e contratar no âmbito de Administração Pública direta e indireta de ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais - Lei nº 13.709/2018, a empresa se compromete a manter a atualidade e a precisão das informações pessoais dos seus clientes, bem como a adotar medidas de segurança para proteger os dados pessoais contra o acesso não autorizado, a perda ou o vazamento.

SECRET



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Segundo - No caso de atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais, no que diz respeito ao prazo para a prestação dos serviços, será aplicada multa de mora a incidir sobre o valor total do contrato ou parcela em atraso, conforme o caso, no percentual de:

a.1) de 1% (um por cento) sobre o valor contratado por dia de atraso, na inexecução do objeto deste contrato, até o (trigésimo) dia e/ou constado o desacordo com as condições estabelecidas.

b) No caso de descumprimento das obrigações contratuais executadas as situações previstas no subitem anterior serão aplicadas multa compensatória no percentual de:

b.1) de 15% (quinze por cento) a ser aplicada sobre o valor do empenho, referente a execução do serviço não executado no caso de inexecução parcial do serviço;

b.2) de 30% (trinta por cento) a ser aplicado sobre o valor do contrato no caso de inexecução total da prestação do serviço.

Parágrafo Terceiro – O valor da multa aplicada será descontado no pagamento e, quando for o caso cobrado judicialmente;

São Mamede -PB, 07 de Fevereiro de 2025.

VANILDA GAMBARRA DE MEDEIROS LOPES
Secretária de Saúde

Vanilda Gambarra de Medeiros Lopes
Secretária de Saúde
Mat.: 15008



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL

I - a prestação de serviços de manutenção de máquinas e equipamentos;

II - as necessidades de caso concreto;

III - as circunstâncias que se apresentarem;

IV - os dados que forem necessários para a Administração Municipal;

V - a implantação ou o aprimoramento de programas de trabalho, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Segundo - No caso de atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais, no que diz respeito ao prazo para a prestação dos serviços, será aplicada multa de mora a incidir sobre o valor total do contrato ou parcela em atraso, conforme o caso, no percentual de:

a.1) de 1% (um por cento) sobre o valor contratado por dia de atraso, na execução do objeto deste contrato, até o (quintuplo) dia útil decorrido e de acordo com as condições estabelecidas.

b.2) No caso de descumprimento das obrigações contratuais executadas as situações previstas no subitem anterior serão aplicadas multa compensatória no percentual de:

a.1) de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato e será aplicada sobre o valor do contrato referente a execução do serviço não executado no caso de inexecução parcial do serviço;

b.2) de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato e será aplicada sobre o valor do contrato no caso de inexecução total do serviço.

Parágrafo Terceiro - O valor da multa aplicada será descontado no pagamento e, quando for o caso cobrado judicialmente;

São Manoel - RS, 07 de Fevereiro de 2025.

VANDICO A. DE OLIVEIRA
Secretaria de Administração

Secretaria de Administração
Rua Manoel de Medeiros, 100
Fone: (51) 3508.1000



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**



TERMO DE REFERÊNCIA - APROVAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA ESPECIALIZADA E ADMINISTRATIVA, NO SISTEMA DE BANCO DE PREÇO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-BPS, REALIZANDO O PREENCHIMENTO DE FORMA CONTÍNUA E MENSAL COM EMISSÃO DE RELATÓRIO MENSAIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB.

1.0.DO TERMO DE REFERÊNCIA

1.1.O referido Termo de Referência apresenta os elementos necessários e suficientes, com o nível de precisão adequados, para a caracterização do objeto da contratação pretendida, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.0.DA APROVAÇÃO

2.1.Fica o Termo de Referência em tela aprovado na forma como se apresenta.

Termo de Referência aprovado - Art. 6º, XXIII, da Lei 14.133/21:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:"

...

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:"

A elaboração do termo de referência, a partir dos estudos técnicos preliminares, deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação.

São Mamede- PB, 07 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO

Prefeito Constitucional

Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL



RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 28/02/2025 às 11:35:38 foi protocolizado o documento sob o Nº 23675/25 da subcategoria Licitações , exercício 2025, referente a(o) Prefeitura Municipal de São Mamede, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Vandico Alves de Oliveira.

Jurisdiccionado: Prefeitura Municipal de São Mamede

Número da Licitação: 00011/2025

Órgão de Publicação: Jornal Oficial do Município

Data de Homologação: 21/02/2025

Responsável pela Homologação: Prefeitura Municipal de São Mamede

Modalidade: Dispensa (Lei Nº 14.133/2021)

Tipo do Objeto: Compras e Serviços

Tipo de Compra ou Serviço: Outros

Valor: R\$ 42.000,00

Fontes de Recursos: Recursos não Vinculados de Impostos (500), Outros Recursos não Vinculados (501).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA ESPECIALIZADA E ADMINISTRATIVA, NO SISTEMA DE BANCO DE PREÇO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-BPS, REALIZANDO O PREENCHIMENTO DE FORMA CONTÍNUA E MENSAL COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS MENSIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE - PB.

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Proposta 1 - Valor da Proposta: R\$ 42.000,00

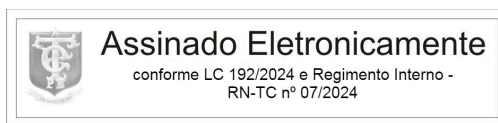
Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (Nome): 50.135.408 Maria Davilla Silva Lopes

Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (CNPJ): 50.135.408/0001-49

Proposta 1 - Situação: Vencedora

Documento	Informado?	Autenticação
Análise jurídica da contratação	Sim	d080867b1ab2a638a4091ea067fcc621
Autorização da autoridade competente	Sim	66e331ce86a402c8595cdf8abc8d0738
Estimativa da despesa	Sim	364d0a707b517a0b5e937c1ccca550a0
Estudo Técnico Preliminar	Sim	03f797b5ac13dca4f4bc3255c63e165c
Formalização de demanda	Sim	d70fdb743b231d695dcf0e9a13ed59e0
Justificativa de preço	Sim	a1972a01115223c86b8f0a1e439bd23b
Justificativa para a escolha do contratado	Sim	4eb63aff81e268040e91e2497baad427
Previsão Orçamentária	Sim	2326c606432793d49cc2639eb8710da2
Projeto básico ou termo de referência, conforme o caso	Sim	f1ae1062f45ee9791020ee964a4af7e2
Proposta 1 - Proposta e Anexos - 50.135.408 Maria Davilla Silva Lopes	Sim	e3dad9b4a79d8e4cc17620e41a35de21

João Pessoa, 28 de Fevereiro de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

**CONTRATO PARA SERVIÇOS DE ASSESSORIA ESPECIALIZADA NO
SISTEMA DE BANCO DE PREÇO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-BPS - Nº:
02.00011/2025**

DISPENSA Nº 00011/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0026/2025

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE - PB
E A EMPRESA 50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA
LOPES, CNPJ Nº 50.135.408/0001-49, PARA OS
SERVIÇOS CONFORME DISCRIMINADO NESTE
INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, com endereço a Rua Janúncio Nóbrega, N.º 01, Centro, São Mamede, Estado da Paraíba, CEP nº 58.625-000, e-mail licitacao@saomamede.pb.gov.br, inscrita no CNPJ sob o nº 08.922.718/0001-47, neste ato representado pelo seu Prefeito a Sr. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO, brasileiro, advogado, domiciliado nesta cidade, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa 50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES, CNPJ Nº 50.135.408/0001-49, com endereço Av. Francisco Vidal de Moura, 445, Centro, CEP: 58.955-000, Serra Grande-PB, doravante simplesmente denominada de **CONTRATADA**, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:

Este contrato decorre da licitação DISPENSA 0011/2025, processada nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal nº14.133/2021 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:

O presente contrato tem por objeto: **Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.** O fornecimento dos serviços deverá obedecer rigorosamente às condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, DISPENSA 0011/2025 e instruções da Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

CLAUSULA TERCEIRA- DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

- a) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto desde Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.
- b) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

- c) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto, cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.
- e) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Termo de referência, devendo orientar os empregados nesse sentido.
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- g) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções:
- h) A contratada tem a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em que compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;
- i) A contratada é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- j) A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- l) Cumprir com os prazos de alimentação de sistemas;
- m) Comunicar a secretaria de saúde sobre possível informações incoerentes, evitando informações de dados falsos;

CLAUSULA QUARTA-DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 Supervisionar e execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos do serviço.

- a) Notificar, por escrito e verbalmente, á CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- c) Prestar á CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para cumprimento do objeto;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.
- e) Colocar a disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias a execução do objeto;
- f) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.
- g) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem prestados.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

- h) Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.
- i) Efetuar, quando julgar necessário, inspeção e vistoria dos serviços prestado, ou já previamente em execução, colocando a sua disposição, com a finalidade de verificar as condições em perfeita concordância com a proposta e o Presente instrumento Contratual.
- j) Efetuar o pagamento mensal devido pela perfeita prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
- k) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;
- l) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;
- m) Atuar com poder de império suspendendo e execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;
- n) Rejeitar os serviços quando em desconformidade com o presente instrumento;

CLAUSULA QUINTA- DO VALOR, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E VIGENCIA

- 5.1 O presente contrato terá o valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), perfazendo o valor global de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).
- 5.2 Será emitida nota fiscal, fatura ou documento equivalente, onde os pagamentos serão efetuados, após o atesto da prestação dos serviços pelo Prefeito e outros com poderes a eles delegados, acompanhado da respectiva documentação fiscal.
- 5.3 O presente Contrato vigorará a partir da assinatura, 12 (doze) meses, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.
- 5.4 os preços contratados serão firmes e irredutíveis.

CLAUSULA SEXTA- DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 6.1 Constituem motivo para a alteração contratual os limites permitidos pela lei 14.133/2021, art. 124.
- 6.2 O presente contrato poderá ser extinto em conformidade com o disposto nos art. 137, 138 e 139 da lei 13.144.

CLAUSULA SETIMA- DAS PENALIDADES

- 7.1. Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:
 - a) Dar causa a inexecução parcial do contrato;
 - b) Dar causa á inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) Dar causa a inexecução total do contrato;
 - d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificativo;
- g) Praticar atos ilícitos com visitas a frustrar os objetos da licitação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i) Serão aplicadas aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas, acima as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

- a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de, 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.
- b) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
- c) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa previa, o CONTRATANTE poderá fazer retenção do valor correspondente a multa, até a decisão final da defesa previa. Caso a defesa previa seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

CLAUSULA OITAVA- DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do objeto da presente licitação, correrão por conta da seguinte dotação: Recursos Próprios do Município: 02.081 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS - 10 301 2014 2067 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde – 10 301 2014 2129 Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Básica - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.39, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, os recursos financeiros para ocorrer o adimplemento serão os provenientes de dotação Orçamentária vigente

CLAUSULA NONA- DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

- 9.1- Este Contrato encontra-se subordinado a legislação específica, consubstancias na Lei nº 14.133, de 1 abril de 2021 e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito públicos, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.
- 9.1- Fica eleito o Foro da cidade de Patos-PB, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas desde Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.
- 9.3- Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02(duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes pelas testemunhas abaixo.



Documento assinado digitalmente

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO

Data: 23/02/2025 10:49:42-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Mamede -PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE-PB
CONTRATANTE



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



Documento assinado digitalmente
MARIA DAVILLA SILVA LOPES
 Data: 25/02/2025 09:41:10-0300
 Verifique em <https://validar.itu.gov.br>



50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES
 CNPJ Nº 50.135.408/0001-49
CONTRATADA

Testemunhas:

NOME: _____ CPF: _____

NOME: _____ CPF: _____



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE



EXTRATO DO CONTRATO N.º 02.00011/2025

DISPENSA N.º. 00011/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, CNPJ n.º 08.922.718/0001-47 E A EMPRESA 50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES, CNPJ N.º 50.135.408/0001-49.

OBJETO: Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

VALOR MENSAL: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

VALOR GLOBAL: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

VIGÊNCIA: de 21/02/2025 até 21/02/2026

DATA: São Mamede – PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
GABINETE DO PREFEITO**



PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 009/2025

O **Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba**, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: Nomear a Senhorita, **CARLA MANUELLA DE OLIVEIRA ALMEIDA**, portadora do CPF: 107.328.304-60, para exercer a função de **Fiscal de Contratos** junto a Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:

REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.


FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
GABINETE DO PREFEITO**



PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 011/2025

O Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: Nomear o Senhor, **JOSÉ WALFRÂNIO BRASIL DE MEDEIROS**, portador do CPF: 024.599.354-12, para exercer a função de **Gestor de Contratos** junto a Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:

REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB
Gabinete do Prefeito

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 009/2025

O Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: Nomear a Senhora, **CARLA MANUELLA DE OLIVEIRA ALMEIDA**, portadora do CPF: 107.328.304-60, para exercer a função de **Fiscal de Contratos** junto a Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:
REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB
Gabinete do Prefeito

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 010/2025

O Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: Nomear o Senhor, **JOSÉ WALFRÂNIO BRASIL DE MEDEIROS**, portador do CPF: 024.599.354-12, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Secretário de Controle Interno e Corregedoria**, junto à Secretaria de Controle Interno e Corregedoria do Município, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº. 018/2013, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:
REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB
Gabinete do Prefeito



PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 011/2025

O Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: Nomear o Senhor, **JOSÉ WALFRÂNIO BRASIL DE MEDEIROS**, portador do CPF: 024.599.354-12, para exercer a função de **Gestor de Contratos** junto a Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:
REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

ESTADO DA PARAIBA MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS-PA Cidade do Riohato PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 01/2025 ESTADO DA PARAIBA MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS-PA Cidade do Riohato	ESTADO DA PARAIBA MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS-PA Cidade do Riohato PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 01/2025 ESTADO DA PARAIBA MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS-PA Cidade do Riohato
RESOLUÇÃO Nº 001/2025, de 12 de Janeiro de 2025. DETERMINAÇÃO: O presente ato tem por objetivo a nomeação de Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho para o cargo de Fiscal de Renda, em substituição ao Sr. João Vitorino de Souza, em virtude de sua ausência temporária. ASSINATURA: _____ DATA: 12 de Janeiro de 2025.	RESOLUÇÃO Nº 001/2025, de 12 de Janeiro de 2025. DETERMINAÇÃO: O presente ato tem por objetivo a nomeação de Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho para o cargo de Fiscal de Renda, em substituição ao Sr. João Vitorino de Souza, em virtude de sua ausência temporária. ASSINATURA: _____ DATA: 12 de Janeiro de 2025.
RESOLUÇÃO Nº 001/2025, de 12 de Janeiro de 2025. DETERMINAÇÃO: O presente ato tem por objetivo a nomeação de Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho para o cargo de Fiscal de Renda, em substituição ao Sr. João Vitorino de Souza, em virtude de sua ausência temporária. ASSINATURA: _____ DATA: 12 de Janeiro de 2025.	RESOLUÇÃO Nº 001/2025, de 12 de Janeiro de 2025. DETERMINAÇÃO: O presente ato tem por objetivo a nomeação de Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho para o cargo de Fiscal de Renda, em substituição ao Sr. João Vitorino de Souza, em virtude de sua ausência temporária. ASSINATURA: _____ DATA: 12 de Janeiro de 2025.
RESOLUÇÃO Nº 001/2025, de 12 de Janeiro de 2025. DETERMINAÇÃO: O presente ato tem por objetivo a nomeação de Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho para o cargo de Fiscal de Renda, em substituição ao Sr. João Vitorino de Souza, em virtude de sua ausência temporária. ASSINATURA: _____ DATA: 12 de Janeiro de 2025.	RESOLUÇÃO Nº 001/2025, de 12 de Janeiro de 2025. DETERMINAÇÃO: O presente ato tem por objetivo a nomeação de Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho para o cargo de Fiscal de Renda, em substituição ao Sr. João Vitorino de Souza, em virtude de sua ausência temporária. ASSINATURA: _____ DATA: 12 de Janeiro de 2025.
RESOLUÇÃO Nº 001/2025, de 12 de Janeiro de 2025. DETERMINAÇÃO: O presente ato tem por objetivo a nomeação de Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho para o cargo de Fiscal de Renda, em substituição ao Sr. João Vitorino de Souza, em virtude de sua ausência temporária. ASSINATURA: _____ DATA: 12 de Janeiro de 2025.	RESOLUÇÃO Nº 001/2025, de 12 de Janeiro de 2025. DETERMINAÇÃO: O presente ato tem por objetivo a nomeação de Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho para o cargo de Fiscal de Renda, em substituição ao Sr. João Vitorino de Souza, em virtude de sua ausência temporária. ASSINATURA: _____ DATA: 12 de Janeiro de 2025.
RESOLUÇÃO Nº 001/2025, de 12 de Janeiro de 2025. DETERMINAÇÃO: O presente ato tem por objetivo a nomeação de Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho para o cargo de Fiscal de Renda, em substituição ao Sr. João Vitorino de Souza, em virtude de sua ausência temporária. ASSINATURA: _____ DATA: 12 de Janeiro de 2025.	RESOLUÇÃO Nº 001/2025, de 12 de Janeiro de 2025. DETERMINAÇÃO: O presente ato tem por objetivo a nomeação de Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho para o cargo de Fiscal de Renda, em substituição ao Sr. João Vitorino de Souza, em virtude de sua ausência temporária. ASSINATURA: _____ DATA: 12 de Janeiro de 2025.
RESOLUÇÃO Nº 001/2025, de 12 de Janeiro de 2025. DETERMINAÇÃO: O presente ato tem por objetivo a nomeação de Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho para o cargo de Fiscal de Renda, em substituição ao Sr. João Vitorino de Souza, em virtude de sua ausência temporária. ASSINATURA: _____ DATA: 12 de Janeiro de 2025.	RESOLUÇÃO Nº 001/2025, de 12 de Janeiro de 2025. DETERMINAÇÃO: O presente ato tem por objetivo a nomeação de Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho para o cargo de Fiscal de Renda, em substituição ao Sr. João Vitorino de Souza, em virtude de sua ausência temporária. ASSINATURA: _____ DATA: 12 de Janeiro de 2025.



São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

EXTRATO DO CONTRATO N.º 02.00012/2025

DISPENSA N.º. 00012/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, CNPJ nº 08.922.718/0001-47 E A EMPRESA 45.725.881 DAVID SILVA LOPES, CNPJ Nº 45.725.881/0001-46.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços singulares dentro do universo de solução técnicas e administrativas, tais como se compõem: assessoria e consultoria nas nos sistemas de produção da saúde entre eles o SIM, SAMU e vigilâncias com o desenvolvimento de ações, elaborações de pactuações, campanhas, vacinações e reuniões e apoio técnico junto. Implantação de servidores e usuários dos sistemas SUS na UBS da secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

VALOR MENSAL: R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

VALOR GLOBAL: R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: de 21/02/2025 até 21/02/2026

DATA: São Mamede – PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 00011/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve **HOMOLOGAR** o Processo de Dispensa de Licitação N.º 00011/2025, objetivando a Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB, em favor da empresa qual seja: **50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES, CNPJ Nº 50.135.408/0001-49**, com endereço AV Francisco Vidal de Moura, nº 445, Bela Vista, Serra Grande – PB, CEP: 58.955-000. **Apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), perfazendo o valor global de R\$**

42.000,00 (quarenta e dois mil reais), durante o presente exercício financeiro.

São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 00011/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve **ADJUDICAR** o Processo de Dispensa de Licitação N.º 00011/2025, objetivando a Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB, em favor da empresa qual seja: **50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES, CNPJ Nº 50.135.408/0001-49**, com endereço AV Francisco Vidal de Moura, nº 445, Bela Vista, Serra Grande – PB, CEP: 58.955-000. **Apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), perfazendo o valor global de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), durante o presente exercício financeiro.**

São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

EXTRATO DO CONTRATO N.º 02.00011/2025

DISPENSA N.º. 00011/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, CNPJ nº 08.922.718/0001-47 E A EMPRESA 50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES, CNPJ Nº 50.135.408/0001-49.

OBJETO: Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

VALOR MENSAL: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

VALOR GLOBAL: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

VIGÊNCIA: de 21/02/2025 até 21/02/2026

[illegible]

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26

1. The first step in the process of identifying a problem is to define the problem. This involves identifying the symptoms of the problem and determining the scope of the problem. Once the problem has been defined, the next step is to identify the causes of the problem. This involves identifying the factors that are contributing to the problem and determining the underlying causes. Once the causes have been identified, the next step is to develop a plan to address the problem. This involves identifying the actions that need to be taken to address the problem and determining the resources that will be needed to implement the plan. Once a plan has been developed, the next step is to implement the plan. This involves carrying out the actions that have been identified in the plan and monitoring the progress of the implementation. Finally, the last step in the process is to evaluate the results of the implementation. This involves assessing the effectiveness of the actions that have been taken and determining whether the problem has been resolved.

the 1990s, the number of people in the world who are undernourished has declined from 1.1 billion to 800 million, and the number of people who are malnourished has declined from 1.5 billion to 1 billion. The number of people who are obese has increased from 100 million to 300 million, and the number of people who are overweight has increased from 200 million to 500 million. The number of people who are overweight and obese has increased from 300 million to 800 million. The number of people who are overweight and obese has increased from 300 million to 800 million. The number of people who are overweight and obese has increased from 300 million to 800 million.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
50 EAST LAKE STREET, CHICAGO, IL 60607-7090
TEL: 773/936-5000 FAX: 773/936-5001
WWW.CHICAGO.PRESS.EDU

806-799-7474 • WWW.CITYOFCHICAGO.IL

© 2002 Blackwell Science Ltd

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

As the number of nodes in the network increases, the number of nodes that are not connected to any other nodes (isolated nodes) increases. This is because the probability of a node being connected to another node decreases as the number of nodes increases. The number of isolated nodes is given by the following equation:

Journal of Management Inquiry 20(4) December 2011 401-418

DOI: 10.1002/for

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26

Figure 1. The effect of the concentration of the *Agrobacterium* suspension on the transformation efficiency of *Agrobacterium* strains. The number of transformed cells was determined by the number of colonies on the selective medium. The results are the mean of three independent experiments. Error bars represent the standard deviation.

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Arar and Collins (1971) using a Shimadzu 10A-UV spectrophotometer. The concentration of chlorophyll was expressed in $\mu\text{g mL}^{-1}$ of the sample.

[illegible]

Journal of Management Education 30(6)p.789-804

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 283: 2689-2694.

5. The following information is provided for the year ended 31/12/2019:
 (a) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (b) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (c) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (d) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (e) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (f) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (g) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (h) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (i) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (j) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (k) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (l) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (m) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (n) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (o) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (p) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (q) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (r) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (s) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (t) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (u) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (v) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (w) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (x) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (y) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.
 (z) The company has a number of subsidiaries, all of which are wholly owned.

1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.

2. Once the problem is identified, the next step is to define the objectives and goals of the project. This helps to clarify what needs to be achieved and provides a clear direction for the team.

3. The third step is to develop a plan or strategy to address the problem. This involves breaking down the problem into smaller, manageable tasks and determining the resources needed to complete each task.

4. The fourth step is to implement the plan. This involves putting the strategy into action and monitoring progress regularly to ensure that the project is on track.

5. The final step is to evaluate the results of the project. This involves comparing the actual outcomes against the objectives and goals to determine the effectiveness of the project and identify areas for improvement.

1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 26

[illegible]

1. *Journal of the American Medical Association*, 1997; 277: 1039-1043.

1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.

the 1990s, the number of people in the United States who are 65 years of age or older is projected to increase from 20 million to 30 million, and the number of people 75 years of age or older is projected to increase from 10 million to 15 million (U.S. Census Bureau, 1996). The number of people 85 years of age or older is projected to increase from 2 million to 4 million (U.S. Census Bureau, 1996). The number of people 90 years of age or older is projected to increase from 500,000 to 1 million (U.S. Census Bureau, 1996). The number of people 95 years of age or older is projected to increase from 100,000 to 200,000 (U.S. Census Bureau, 1996). The number of people 100 years of age or older is projected to increase from 10,000 to 20,000 (U.S. Census Bureau, 1996).

1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.

1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 26

[illegible]



DATA: São Mamede – PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
 Prefeito Constitucional

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB
 Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.187/2025

**AUTORIZA REMANEJAMENTO
 TOTAL OU PARCIAL DE DOTAÇÕES
 ORÇAMENTÁRIAS PARA O
 EXERCÍCIO DE 2025, E DÁ OUTRAS
 PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO
 DE SÃO MAMEDE, ESTADO DA PARAÍBA,** no uso das
 atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL de SÃO
 MAMEDE-PB**, por unanimidade, em sessão realizada no dia **17 de
 Fevereiro de 2025**, **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a
 seguinte **LEI**:

Art. 1º - Fica autorizada a transposição, o remanejamento ou a
 transferência de recursos de uma categoria de programação para
 outra ou de um órgão para outro e a consequente anulação total ou
 parcial de dotações orçamentárias contantes dos Orçamento Fiscal
 e da Seguridade Social do Exercício de 2025 - Lei Nº 1184/2024,
 de 20/12/2024, correspondente a 50% do Orçamento Municipal
 utilizando como fonte de recurso as disponibilidades caracterizadas
 no parágrafo 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de
 março de 1964.

Art. 2º - Fica autorizado a transposição, o remanejamento ou a
 transferência de recursos de uma categoria de programação para
 outra ou de um órgão para outro de dotações vinculadas as
 despesas obrigatórias de caráter continuado, como definidas no art.
 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme Lei Nº 1184/2024,
 de 20/12/2024, utilizando como fonte de recurso as
 disponibilidades caracterizadas no parágrafo 1º, do Artigo 43, da
 Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Paragrafo Único: A fonte de recursos para cobertura dos créditos
 abertos na forma definida no caput deste artigo é o remanejamento
 autorizado nos termos do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - O remanejamento autorizado só deverá ser utilizado para
 remanejar, exclusivamente dotações orçamentárias consignadas
 nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social alocadas nos grupos
 de natureza de despesa.

- I – “31” – Pessoal e Encargos Sociais;
- II – “32” – Juros e Encargos da Dívida;
- III – “33” – Outros Despesas Correntes;
- IV – “44” – Investimentos;
- V – “46” – Amortização da Dívida.

Art. 4º - O remanejamento autorizado far-se-a até o limite dos saldos
 das respectivas dotações vinculadas:

- I – no órgão a programas diferentes;
- II – no programa a órgão diferentes;
- III – a órgãos e programas diferentes.

Paragrafo Único: O Decreto que autorizar a transposição, o
 remanejamento ou a transferência de recursos nos limites
 específicos nesta Lei discriminará os valores remanejados
 agregados segundo as categorias definidas nos artigo 3º desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Mamede-PB, 24 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
 Prefeito Constitucional

Autoria: Poder Executivo.

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB
 Gabinete do Prefeito

LEI N.º 1.188/2025

**“Dispõe sobre a atualização de
 vencimentos e gratificações dos
 funcionários ocupantes de cargo de
 provimento efetivo e de provimento em**

1. O presente contrato é celebrado entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Educação, e a empresa contratada para a prestação de serviços de manutenção e conservação dos equipamentos eletrônicos da rede municipal de ensino.

2. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de manutenção e conservação dos equipamentos eletrônicos da rede municipal de ensino, conforme especificações técnicas e quantitativas constantes no Edital nº 001/2024.

3. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

4. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

5. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

6. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

7. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

8. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

9. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

10. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

11. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

12. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

13. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

14. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

15. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

16. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

17. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

18. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

19. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

20. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

21. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

22. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

23. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

24. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.

25. O presente contrato é celebrado por meio de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e a empresa contratada é a vencedora da licitação.


DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 00011/2025
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve **ADJUDICAR** o Processo de Dispensa de Licitação N.º 00011/2025, objetivando a Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB, em favor da empresa qual seja: **50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES, CNPJ Nº 50.135.408/0001-49**, com endereço AV Francisco Vidal de Moura, nº 445, Bela Vista, Serra Grande – PB, CEP: 58.955-000. **Apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), perfazendo o valor global de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), durante o presente exercício financeiro.**

São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.


 FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
 Prefeito Constitucional

EXTRATO DO CONTRATO N.º 02.00011/2025
DISPENSA N.º. 00011/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, CNPJ nº 08.922.718/0001-47 E A EMPRESA 50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES, CNPJ Nº 50.135.408/0001-49.

OBJETO: Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

VALOR MENSAL: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

VALOR GLOBAL: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

VIGÊNCIA: de 21/02/2025 até 21/02/2026

DATA: São Mamede – PB, 21 de Fevereiro de 2025.


 Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho
 Prefeito constitucional

JOSÉ ELSON OLIVEIRA DA SILVA JÚNIOR

Pregoeiro Oficial

Publicado por:

José Leandro Moraes

Código Identificador:065939D8**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADINHO
AVISO DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA LETRÔNICA Nº
01/2025**

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Salgadinho/PB, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público que realizará no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025** cujo OBJETO É: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SALGADINHO-PB.** O edital está disponível nos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br, www.salgadinho.pb.gov.br ou Mural de Licitações do TCE-PB. A sessão pública na forma eletrônica será aberta às 09:00hs (Horário de Brasília) do dia 12/03/2025. Esclarecimentos: através do e-mail: apoiosalgadinho2019@gmail.com, no horário das 08h:00 às 12h:00 de segunda a sexta feira.

Salgadinho – PB, em 21 de fevereiro de 2025.

JOSÉ ELSON OLIVEIRA DA SILVA JÚNIOR

Agente de Contratação

Publicado por:

José Leandro Moraes

Código Identificador:DAA59D9A**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE****COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0032/2025**

A prefeitura municipal de São Mamede-PB, torna público a licitação PREGÃO Nº 00010/2025, na forma ELETRÔNICA, para o Objeto: **Aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias Municipais do município de São Mamede PB.** tipo de julgamento menor preço, modo de disputa aberto, na forma prevista na Lei nº 14.133/21. Início de cadastro das propostas: dia 24/02/2025 às 17:00hs; Limite para Impugnação e esclarecimento: 05/03/2025 às 23:59hs; Data Final de cadastro das Propostas: 10/03/2025 às 08hs59min; Data de sessão de disputa: 10/03/2025 às 09hs:00. A sessão pública eletrônica será em www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital estará disponível nos sites: <http://www.saomamede.pb.gov.br>, www.portaldecompraspublicas.com.br e www.tce.pb.gov.br.
São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

VANDICO ALVES DE OLIVEIRA

Pregoeiro Oficial

Publicado por:

Jose Luiz da Costa Neto

Código Identificador:7A775F6E**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 00011/2025****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve **HOMOLOGAR** o Processo de Dispensa de Licitação Nº

00011/2025, objetivando a Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB, em favor da empresa qual seja: 50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES, CNPJ Nº 50.135.408/0001-49, com endereço AV Francisco Vidal de Moura, nº 445, Bela Vista, Serra Grande – PB, CEP: 58.955-000. Apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), perfazendo o valor global de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), durante o presente exercício financeiro.

São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 00011/2025****TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei de nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve **ADJUDICAR** o Processo de Dispensa de Licitação Nº 00011/2025, objetivando a Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB, em favor da empresa qual seja: 50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES, CNPJ Nº 50.135.408/0001-49, com endereço AV Francisco Vidal de Moura, nº 445, Bela Vista, Serra Grande – PB, CEP: 58.955-000. Apresentou proposta com o valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), perfazendo o valor global de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), durante o presente exercício financeiro.

São Mamede - PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02.00011/2025**DISPENSA Nº. 00011/2025**

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE, CNPJ nº 08.922.718/0001-47 E A EMPRESA 50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES, CNPJ Nº 50.135.408/0001-49.

OBJETO: Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

VALOR MENSAL: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).**VALOR GLOBAL: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).****VIGÊNCIA:** de 21/02/2025 até 21/02/2026**DATA:** São Mamede – PB, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Jose Luiz da Costa Neto
Código Identificador:063A1CEF

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 00012/2025****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

000113012, objetivando o fornecimento de serviços de manutenção e administração no sistema de banco de dados do Município de São Manoel - PR, com o objetivo de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, bem como a segurança e a integridade dos dados armazenados. A proposta é apresentada em conformidade com o Edital nº 000113012, emitido em 2024, e com o Regulamento de Licitação nº 000113012, emitido em 2024. A proposta é apresentada em conformidade com o Edital nº 000113012, emitido em 2024, e com o Regulamento de Licitação nº 000113012, emitido em 2024. A proposta é apresentada em conformidade com o Edital nº 000113012, emitido em 2024, e com o Regulamento de Licitação nº 000113012, emitido em 2024.



DISPENSAS DE LICITAÇÃO Nº 000113012

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MANOEL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve, no âmbito do Processo de Licitação nº 000113012, ADIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BANCO DE DADOS, para a contratação de empresa especializada para a manutenção e administração do sistema de banco de dados do Município de São Manoel - PR, com o objetivo de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, bem como a segurança e a integridade dos dados armazenados. A proposta é apresentada em conformidade com o Edital nº 000113012, emitido em 2024, e com o Regulamento de Licitação nº 000113012, emitido em 2024. A proposta é apresentada em conformidade com o Edital nº 000113012, emitido em 2024, e com o Regulamento de Licitação nº 000113012, emitido em 2024.

São Manoel - PR, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 000113012

DISPENSAS Nº 000113012

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 08.912.718/0001-12, e a EMPRESA 50135.108.0001-49, inscrita no CNPJ nº 50.135.108.0001-49, com o objetivo de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, bem como a segurança e a integridade dos dados armazenados. A proposta é apresentada em conformidade com o Edital nº 000113012, emitido em 2024, e com o Regulamento de Licitação nº 000113012, emitido em 2024. A proposta é apresentada em conformidade com o Edital nº 000113012, emitido em 2024, e com o Regulamento de Licitação nº 000113012, emitido em 2024.

VALOR MENSAL: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

VALOR GLOBAL: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

VIGÊNCIA: de 21.02.2025 até 21.02.2025.

DATA: São Manoel - PR, 21 de Fevereiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO

Prefeito Municipal
José Luis de Costa Neto
Código Identificador: 08754131

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL

DISPENSAS DE LICITAÇÃO Nº 000113012

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JOSE ELSON OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Elson Oliveira
Código Identificador: 08754131

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL
VISO DE LICITAÇÃO

VISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 000113012

O Edital de Licitação nº 000113012, emitido em 2024, tem por objeto a contratação de empresa especializada para a manutenção e administração do sistema de banco de dados do Município de São Manoel - PR, com o objetivo de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, bem como a segurança e a integridade dos dados armazenados. A proposta é apresentada em conformidade com o Edital nº 000113012, emitido em 2024, e com o Regulamento de Licitação nº 000113012, emitido em 2024. A proposta é apresentada em conformidade com o Edital nº 000113012, emitido em 2024, e com o Regulamento de Licitação nº 000113012, emitido em 2024.

São Manoel - PR, 21 de Fevereiro de 2025.

JOSE ELSON OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Elson Oliveira
Código Identificador: 08754131

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL
VISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000113012
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000113012

A Prefeitura Municipal de São Manoel - PR, inscrita no CNPJ nº 08.912.718/0001-12, no âmbito do Processo de Licitação nº 000113012, emitido em 2024, tem por objeto a contratação de empresa especializada para a manutenção e administração do sistema de banco de dados do Município de São Manoel - PR, com o objetivo de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, bem como a segurança e a integridade dos dados armazenados. A proposta é apresentada em conformidade com o Edital nº 000113012, emitido em 2024, e com o Regulamento de Licitação nº 000113012, emitido em 2024. A proposta é apresentada em conformidade com o Edital nº 000113012, emitido em 2024, e com o Regulamento de Licitação nº 000113012, emitido em 2024.

VANDICO ALVES DE OLIVEIRA
Prefeito Oficial

Publicado por:
José Luis de Costa Neto
Código Identificador: 08754131

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL

DISPENSAS DE LICITAÇÃO Nº 000113012
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MANOEL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, resolve, no âmbito do Processo de Licitação nº 000113012, ADIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BANCO DE DADOS, para a contratação de empresa especializada para a manutenção e administração do sistema de banco de dados do Município de São Manoel - PR, com o objetivo de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, bem como a segurança e a integridade dos dados armazenados. A proposta é apresentada em conformidade com o Edital nº 000113012, emitido em 2024, e com o Regulamento de Licitação nº 000113012, emitido em 2024. A proposta é apresentada em conformidade com o Edital nº 000113012, emitido em 2024, e com o Regulamento de Licitação nº 000113012, emitido em 2024.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
GABINETE DO PREFEITO**



PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 009/2025

O **Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba**, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: Nomear a Senhorita, **CARLA MANUELLA DE OLIVEIRA ALMEIDA**, portadora do CPF: 107.328.304-60, para exercer a função de **Fiscal de Contratos** junto a Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:

REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.


FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
GABINETE DO PREFEITO



PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 011/2025

O **Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba**, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: Nomear o Senhor, **JOSÉ WALFRÂNIO BRASIL DE MEDEIROS**, portador do CPF: 024.599.354-12, para exercer a função de **Gestor de Contratos** junto a Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:

REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.


FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

Francisco das Chagas Lopes de Souza Filho
PREFEITO CONSTITUCIONAL

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB
Gabinete do Prefeito

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 009/2025

O Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: Nomear a Senhora, **CARLA MANUELLA DE OLIVEIRA ALMEIDA**, portadora do CPF: 107.328.304-60, para exercer a função de **Fiscal de Contratos** junto a Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:
REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB
Gabinete do Prefeito

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 010/2025

O Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: Nomear o Senhor, **JOSÉ WALFRÂNIO BRASIL DE MEDEIROS**, portador do CPF: 024.599.354-12, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Secretário de Controle Interno e Corregedoria**, junto à Secretaria de Controle Interno e Corregedoria do Município, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº. 018/2013, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:
REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE-PB
Gabinete do Prefeito



PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 011/2025

O Prefeito Constitucional do Município de São Mamede, Estado da Paraíba, usando das atribuições conferidas pelo art. 61, inciso V, c/c o art. 75, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: Nomear o Senhor, **JOSÉ WALFRÂNIO BRASIL DE MEDEIROS**, portador do CPF: 024.599.354-12, para exercer a função de **Gestor de Contratos** junto a Prefeitura Municipal de São Mamede-PB, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE:
REGISTRE-SE:

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2025.

FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO
Prefeito Constitucional

ESTADO DA PARAIBA MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS-PA Cidade do Riohato PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 01/2025 ESTADO DA PARAIBA MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS-PA Cidade do Riohato	ESTADO DA PARAIBA MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS-PA Cidade do Riohato PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 01/2025 ESTADO DA PARAIBA MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS-PA Cidade do Riohato
O presente documento tem por finalidade a nomeação de 02 (dois) membros para compor o Conselho Municipal de Educação, sendo 01 (um) representante da comunidade escolar e 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal, para o biênio 2025/2026, de acordo com o disposto no Art. 23, inciso II, da Lei nº 5.692 de 1971, e no Art. 12, inciso I, da Lei nº 11.053 de 2022. RESOLUÇÃO Nº 001/2025, de 12 de janeiro de 2025, que aprova a nomeação de 02 (dois) membros para compor o Conselho Municipal de Educação, para o biênio 2025/2026, de acordo com o disposto no Art. 23, inciso II, da Lei nº 5.692 de 1971, e no Art. 12, inciso I, da Lei nº 11.053 de 2022. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO Prestado Constitucional FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO Prestado Constitucional	O presente documento tem por finalidade a nomeação de 02 (dois) membros para compor o Conselho Municipal de Educação, sendo 01 (um) representante da comunidade escolar e 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal, para o biênio 2025/2026, de acordo com o disposto no Art. 23, inciso II, da Lei nº 5.692 de 1971, e no Art. 12, inciso I, da Lei nº 11.053 de 2022. RESOLUÇÃO Nº 001/2025, de 12 de janeiro de 2025, que aprova a nomeação de 02 (dois) membros para compor o Conselho Municipal de Educação, para o biênio 2025/2026, de acordo com o disposto no Art. 23, inciso II, da Lei nº 5.692 de 1971, e no Art. 12, inciso I, da Lei nº 11.053 de 2022. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO Prestado Constitucional FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO Prestado Constitucional
O presente documento tem por finalidade a nomeação de 02 (dois) membros para compor o Conselho Municipal de Educação, sendo 01 (um) representante da comunidade escolar e 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal, para o biênio 2025/2026, de acordo com o disposto no Art. 23, inciso II, da Lei nº 5.692 de 1971, e no Art. 12, inciso I, da Lei nº 11.053 de 2022. RESOLUÇÃO Nº 001/2025, de 12 de janeiro de 2025, que aprova a nomeação de 02 (dois) membros para compor o Conselho Municipal de Educação, para o biênio 2025/2026, de acordo com o disposto no Art. 23, inciso II, da Lei nº 5.692 de 1971, e no Art. 12, inciso I, da Lei nº 11.053 de 2022. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO Prestado Constitucional FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO Prestado Constitucional	O presente documento tem por finalidade a nomeação de 02 (dois) membros para compor o Conselho Municipal de Educação, sendo 01 (um) representante da comunidade escolar e 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal, para o biênio 2025/2026, de acordo com o disposto no Art. 23, inciso II, da Lei nº 5.692 de 1971, e no Art. 12, inciso I, da Lei nº 11.053 de 2022. RESOLUÇÃO Nº 001/2025, de 12 de janeiro de 2025, que aprova a nomeação de 02 (dois) membros para compor o Conselho Municipal de Educação, para o biênio 2025/2026, de acordo com o disposto no Art. 23, inciso II, da Lei nº 5.692 de 1971, e no Art. 12, inciso I, da Lei nº 11.053 de 2022. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO Prestado Constitucional FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DE SOUZA FILHO Prestado Constitucional



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

REFERENTE: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Realização do referido processo de contratação direta objetivando:

Objeto: Contratação de serviços de assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma contínua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde do município de São Mamede-PB.

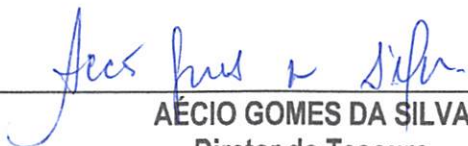
DECLARAÇÃO

Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser contratado ficando, portanto, demonstrada, pela reserva orçamentária que neste ato foi realizada, a compatibilidade da previsão desses recursos com o compromisso a ser assumido:

Recursos Próprios do Município de São Mamede:

02.081 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS - 10 301 2014 2067 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde – 10 301 2014 2129 Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Básica - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.39, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

São Mamede - PB, 10 de Fevereiro de 2025.



AÉCIO GOMES DA SILVA
Diretor do Tesouro



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

CP/MSM/PB

Nº

Rub:



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 50.135.408/0001-49 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/03/2023	
NOME EMPRESARIAL 50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE ME		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente 74.10-2-99 - atividades de design não especificadas anteriormente 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 85.99-6-03 - Treinamento em informática			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO 10AV AV FRANCISCO VIDAL DE MOURA	NÚMERO 445	COMPLEMENTO *****	
CEP 58.955-000	BAIRRO/DISTRITO BELA VISTA	MUNICÍPIO SERRA GRANDE	UF PB
ENDEREÇO ELETRÔNICO DAVILLA0800@GMAIL.COM		TELEFONE (83) 9812-7146	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/03/2023	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

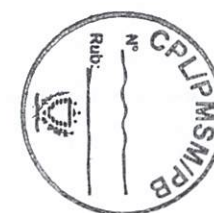
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 02/02/2024 às 08:22:07 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED

mailto:9066801@compuserve.com





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL		
REGISTRO GERAL	4.267.629	DATA DE EXPEDIÇÃO 20/07/2014
NOME	MARIA D'AVILLA SILVA LOPES	
FILIAÇÃO	FRANCISCO LOPES DA SILVA MARIA DA GLÓRIA SILVA	
NATURALIDADE	PATOS-PB	DATA DE NASCIMENTO 08/05/2000
DOC ORIGEM	NASC.N.4041 FLS.181V LIV.A 5	
CPF	CARTORIO SERRA GRANDE-PB	
	709.099.434-19	
ASSINATURA DO DIRETOR		
LEI N° 7.116 DE 29/08/83		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: 50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES
CNPJ: 50.135.408/0001-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:38:23 do dia 08/01/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/07/2025.

Código de controle da certidão: **E0C6.4C3E.5EE2.BACA**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ACQUITTAL ON OVERSIGHT
 1998-01-15
 1998-01-15



BEING A VICE & LIVING ABANDON 60-25-03 (smo)
64-1000001-001-02 (LSC)

Esta opção é válida para o estabelecimento quando a sua localização não pode ser considerada para efeitos de aplicação da legislação em vigor. Para efeitos de aplicação da legislação em vigor, a localização do estabelecimento é considerada a localização da sede social da entidade, quando esta se encontra no âmbito da RPEM e a atividade principal da entidade económica se encontra no âmbito da RPEM.

Endereço: <http://www.cnpq.gov.br>

[illegible]



Prefeitura Municipal de serragrande

RUA: VICENTE LEITE DE ARAUJO, sn, CENTRO, SERRA GRANDE - 58955-000



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Nº DE AUTENTICAÇÃO: 2B7C4BFF28633C000

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome / Razão Social:

MD CONSULTORIA - 50.135.408/0001-49

Endereço:

FRANCISCO VIDAL DE MOURA, 445, BELA VISTASERRA GRANDE - PB - 58955-000

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal lançar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas, fica certificado que, até a presente data, não constam em nome do requerente acima qualificado pendências relativas às receitas municipais, inclusive as de natureza tributária ou não, inscritas ou não no Registro da Dívida Ativa do Municipal.

OBSERVAÇÕES

Esta certidão é válida por 90 dias, e sua aceitação está condicionada à inexistência de emendas ou rasuras, bem como à verificação de sua autenticidade na Internet, no portal da Prefeitura Municipal de serragrande.

Certidão emitida gratuitamente em 04/01/2025.

Utilize este QRCode para garantir a autenticidade desta certidão.



Consulta realizada gratuitamente em 04/01/2025 17:30:29.

1700-1701, 1702-1703, 1704-1705, 1706-1707, 1708-1709, 1710-1711, 1712-1713, 1714-1715, 1716-1717, 1718-1719, 1720-1721, 1722-1723, 1724-1725, 1726-1727, 1728-1729, 1730-1731, 1732-1733, 1734-1735, 1736-1737, 1738-1739, 1740-1741, 1742-1743, 1744-1745, 1746-1747, 1748-1749, 1750-1751, 1752-1753, 1754-1755, 1756-1757, 1758-1759, 1760-1761, 1762-1763, 1764-1765, 1766-1767, 1768-1769, 1770-1771, 1772-1773, 1774-1775, 1776-1777, 1778-1779, 1780-1781, 1782-1783, 1784-1785, 1786-1787, 1788-1789, 1790-1791, 1792-1793, 1794-1795, 1796-1797, 1798-1799, 1800-1801, 1802-1803, 1804-1805, 1806-1807, 1808-1809, 1810-1811, 1812-1813, 1814-1815, 1816-1817, 1818-1819, 1820-1821, 1822-1823, 1824-1825, 1826-1827, 1828-1829, 1830-1831, 1832-1833, 1834-1835, 1836-1837, 1838-1839, 1840-1841, 1842-1843, 1844-1845, 1846-1847, 1848-1849, 1850-1851, 1852-1853, 1854-1855, 1856-1857, 1858-1859, 1860-1861, 1862-1863, 1864-1865, 1866-1867, 1868-1869, 1870-1871, 1872-1873, 1874-1875, 1876-1877, 1878-1879, 1880-1881, 1882-1883, 1884-1885, 1886-1887, 1888-1889, 1890-1891, 1892-1893, 1894-1895, 1896-1897, 1898-1899, 1900-1901, 1902-1903, 1904-1905, 1906-1907, 1908-1909, 1910-1911, 1912-1913, 1914-1915, 1916-1917, 1918-1919, 1920-1921, 1922-1923, 1924-1925, 1926-1927, 1928-1929, 1930-1931, 1932-1933, 1934-1935, 1936-1937, 1938-1939, 1940-1941, 1942-1943, 1944-1945, 1946-1947, 1948-1949, 1950-1951, 1952-1953, 1954-1955, 1956-1957, 1958-1959, 1960-1961, 1962-1963, 1964-1965, 1966-1967, 1968-1969, 1970-1971, 1972-1973, 1974-1975, 1976-1977, 1978-1979, 1980-1981, 1982-1983, 1984-1985, 1986-1987, 1988-1989, 1990-1991, 1992-1993, 1994-1995, 1996-1997, 1998-1999, 2000-2001, 2002-2003, 2004-2005, 2006-2007, 2008-2009, 2010-2011, 2012-2013, 2014-2015, 2016-2017, 2018-2019, 2020-2021, 2022-2023, 2024-2025, 2026-2027, 2028-2029, 2030-2031, 2032-2033, 2034-2035, 2036-2037, 2038-2039, 2040-2041, 2042-2043, 2044-2045, 2046-2047, 2048-2049, 2050-2051, 2052-2053, 2054-2055, 2056-2057, 2058-2059, 2060-2061, 2062-2063, 2064-2065, 2066-2067, 2068-2069, 2070-2071, 2072-2073, 2074-2075, 2076-2077, 2078-2079, 2080-2081, 2082-2083, 2084-2085, 2086-2087, 2088-2089, 2090-2091, 2092-2093, 2094-2095, 2096-2097, 2098-2099, 2100-2101, 2102-2103, 2104-2105, 2106-2107, 2108-2109, 2110-2111, 2112-2113, 2114-2115, 2116-2117, 2118-2119, 2120-2121, 2122-2123, 2124-2125, 2126-2127, 2128-2129, 2130-2131, 2132-2133, 2134-2135, 2136-2137, 2138-2139, 2140-2141, 2142-2143, 2144-2145, 2146-2147, 2148-2149, 2150-2151, 2152-2153, 2154-2155, 2156-2157, 2158-2159, 2160-2161, 2162-2163, 2164-2165, 2166-2167, 2168-2169, 2170-2171, 2172-2173, 2174-2175, 2176-2177, 2178-2179, 2180-2181, 2182-2183, 2184-2185, 2186-2187, 2188-2189, 2190-2191, 2192-2193, 2194-2195, 2196-2197, 2198-2199, 2200-2201, 2202-2203, 2204-2205, 2206-2207, 2208-2209, 2210-2211, 2212-2213, 2214-2215, 2216-2217, 2218-2219, 2220-2221, 2222-2223, 2224-2225, 2226-2227, 2228-2229, 2230-2231, 2232-2233, 2234-2235, 2236-2237, 2238-2239, 2240-2241, 2242-2243, 2244-2245, 2246-2247, 2248-2249, 2250-2251, 2252-2253, 2254-2255, 2256-2257, 2258-2259, 2260-2261, 2262-2263, 2264-2265, 2266-2267, 2268-2269, 2270-2271, 2272-2273, 2274-2275, 2276-2277, 2278-2279, 2280-2281, 2282-2283, 2284-2285, 2286-2287, 2288-2289, 2290-2291, 2292-2293, 2294-2295, 2296-2297, 2298-2299, 2300-2301, 2302-2303, 2304-2305, 2306-2307, 2308-2309, 2310-2311, 2312-2313, 2314-2315, 2316-2317, 2318-2319, 2320-2321, 2322-2323, 2324-2325, 2326-2327, 2328-2329, 2330-2331, 2332-2333, 2334-2335, 2336-2337, 2338-2339, 2340-2341, 2342-2343, 2344-2345, 2346-2347, 2348-2349, 2350-2351, 2352-2353, 2354-2355, 2356-2357, 2358-2359, 2360-2361, 2362-2363, 2364-2365, 2366-2367, 2368-2369, 2370-2371, 2372-2373, 2374-2375, 2376-2377, 2378-2379, 2380-2381, 2382-2383, 2384-2385, 2386-2387, 2388-2389, 2390-2391, 2392-2393, 2394-2395, 2396-2397, 2398-2399, 2400-2401, 2402-2403, 2404-2405, 2406-2407, 2408-2409, 2410-2411, 2412-2413, 2414-2415, 2416-2417, 2418-2419, 2420-2421, 2422-2423, 2424-2425, 2426-2427, 2428-2429, 2430-2431, 2432-2433, 2434-2435, 2436-2437, 2438-2439, 2440-2441, 2442-2443, 24

01-038997-5210111 :GAGAJIT :THE M...

ИТАЛИЯ ИЛИ ОД НАЧАЛОМ 1960

92-1003906-221.02 - AIRTEL/USKOO C.A.

References

RAMONHO VIDAL DE MOURA - RUA BELA VISTA/BRSA GRANDE - 25 - 23622-000

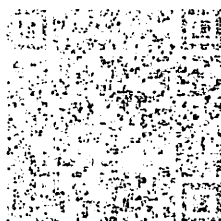
[illegible]

202504-250

[illegible]

32051740 me sirincludo coltino celtico

admission starts, children under 2 don't need special seats or high chairs.



DOI: 10.1002/anie.200510090



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 50.135.408/0001-49

Certidão nº: 357200/2025

Expedição: 04/01/2025, às 17:31:27

Validade: 03/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que 50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 50.135.408/0001-49, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

CERTIDÃO



CÓDIGO: 5EF8.4DBE.3303.3622

Emitida no dia 04/01/2025 às 17:30:35

Identificação do requerente:

CNPJ/CPF: **50.135.408/0001-49**

R.G. :

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.** A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página www.sefaz.pb.gov.br.

OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.

Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.
Certidão de Débito emitida via 'Internet'.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

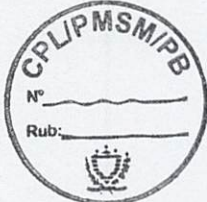
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Eu, JOSÉ PEREIRA FREITAS DA SILVA, Prefeito do Município de Maturéia-PB, atesto que a empresa 50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES, inscrita no CNPJ 50.135.408/0001-49, com sede no endereço AV. Francisco Vidal de Moura 445, Bela Vista, Serra Grande-PB 58955-000. atesto que a empresa prestou de forma eficiente e satisfatória os serviços contratados de Prestação De Serviços De assessoria especializada e administrativa, no sistema de banco de preço do Ministério da Saúde-BPS, realizando o preenchimento de forma continua e mensal com emissão de relatório mensais para a secretaria de Saúde no município de Maturéia-PB

Maturéia-PB, 20 de dezembro 2024.



José Pereira Freitas da Silva
- PREFEITO MUNICIPAL -

 PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA GRANDE 08.891.830/0001-68 SETOR DE ARRECAÇÃO		CIM - CARTÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL			
		COMPETÊNCIA	DATA CADASTRO	SITUAÇÃO	DATA VALIDADE
		2025	31/03/2023	ATIVA	2025-12-31
CNPJ:	INSCRIÇÃO MERCANTIL	NOME/RAZÃO SOCIAL			
50.135.408/0001-49	1202220222403	MARIA DAVILLA SILVA LOPES			
REGIME TRIBUTÁRIO	ENDEREÇO ESTABELECIMENTO			IMPRESSOR POR:	
Microempresário e Empresa de Pequeno Porte (ME EPP)	Rua: FRANCISCO VIDAL DE MOURA, Nº 445 Complemento:			DAVID SILVA LOPES	
ATIVIDADES 8599-6/04 Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 8599-6/05 Cursos preparatórios para concursos 8599-6/03 Treinamento em informática					
 Impresso por: david.lopes					
NATUREZA JURIDICA					
VERIFIQUE A VALIDADE DO CIM. PAGAMENTOS DEVEM SER EFETUADOS NA REDE BANCÁRIA AUTORIZADA, CASAS LOTÉRICAS OU SETOR FINANCEIRO. UTILIZE O TELEFONE DA PREFEITURA OU VÁ AO SETOR DE TRIBUTOS PARA MANTER OS DADOS ATUALIZADOS.					

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 50.135.408/0001-49
Razão Social: MARIA DAVILLA SILVA LOPES
Endereço: AV FRANCISCO V DE MOURA 445 / BELA VISTA / SERRA GRANDE / PB / 58955-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/02/2025 a 07/03/2025

Certificação Número: 2025020621356056951208

Informação obtida em 18/02/2025 20:13:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Comprovante de Regularidade da Contratada
Doc. 23675/25 - Data: 28/02/2025 11:39

Inscrição: 20.132.071/0001-90
Nome: MARIA GONCALVES OLIVEIRA
Endereço: AV. BRASÍLIA, 100 - JARDIM VILA MARIA - SÃO PAULO - SP - CEP: 05400-000

A Caixa Econômica Federal, no uso de atribuição que lhe confere a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima mencionada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não contém de prova contra qualquer dos débitos relativos a contribuições e/ou encargos devidos decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/03/2025 a 07/03/2025

Certificação Número: 401502062132606981508

Informações obtidas em: 06/03/2025 10:13:51

A validade deste Certificado parte da declaração em seu conteúdo e não se estende a qualquer outra situação de fato ou de direito. A validade do Certificado não se estende a qualquer outra situação de fato ou de direito. A validade do Certificado não se estende a qualquer outra situação de fato ou de direito.

www.caixa.gov.br



DECLARAÇÕES

REF.: DISPENSA nº 0011/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE -PB

1.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF:.

O proponente acima qualificado, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da

Constituição Federal, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em

trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir

menores, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

2.0 - DECLARAÇÃO de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito a participação na licitação.

A proponente acima qualificado, declara não haver, até a presente data, fato impeditivo no que diz respeito à

habilitação/participação na presente licitação, não se encontrando em concordata ou estado falimentar, estando

ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores. Ressalta, ainda, não estar sofrendo penalidade de

declaração de idoneidade no âmbito da administração Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, arcando

civil e criminalmente pela presente afirmação.

3.0 - DECLARAÇÃO de submeter-se a todas as cláusulas e condições do correspondente instrumento convocatório.

4.0 – DECLARO AINDA:

Que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de

sociedade de economia mista; que a licitante tem conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e

especificações técnicas previstas neste termo, e que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados

para digitalização, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais.

O proponente acima qualificado declara ter conhecimento e aceitar todas as cláusulas do respectivo instrumento

convocatório e submeter-se as condições nele estipuladas.

Serra Grande -PB, 18 de fevereiro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA DAVILLA SILVA LOPES
Data: 18/02/2025 20:21:32-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

MARIA DAVILLA SILVA LOPES
709.099.434-19

 (83) 98127-1465

 mdconsultoriapublica@gmail.com

 Av. Francisco Vidal de Moura, 445
Bela Vista, 58955-000, Serra Grande-PB



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)
Telefone: (83) 3216-1440



108

CERTIDÃO NEGATIVA

FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 50.135.408/0001-49

Razão Social: 50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES

Nome Fantasia: MD CONSULTORIA PUBLICA

Certidão emitida às 20:13 de 18/02/2025.

Validade 30 dias

-
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
 2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
 3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais, exceto ANTECEDENTES CRIMINAIS.
 4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
 5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G.
-

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **IKs5.W50b**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.



**INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DE EMPRESÁRIO
"50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES"**

MARIA DAVILLA SILVA LOPES, Brasileira, Solteira, Empresário(a), Natural Da Cidade De Patos – PB, Data De Nascimento 08/05/2000, Portadora da Carteira de Identidade (RG): nº 4.267.629, Expedida Por Ssds/PB em 20/07/2014 e CPF nº 709.099.434-19, Residente E Domiciliada Na Cidade De Serra Grande – PB, na Avenida Francisco Vidal De Moura, nº 445, CENTRO, CEP: 58.955-000; na Condição de Empresário Individual **"50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES"** Com Sede Á Na Avenida Francisco Vidal De Moura, nº 435, CENTRO, CEP: 58.955-000, Com Ato Constitutivo Arquivado Na Junta Comercial do Estado da Paraíba sob Nire nº2580364631-4, Por Despacho Em 29/03/2023 , Inscrita No CNPJ Sob nº 50.135.408/0001-49, Respectivamente, Resolve Alterar E **CONSOLIDAR** Seu Instrumento De Inscrição De Empresário Individual Mediante As Clausulas E Condições Seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: O Capital Destacado Que Era R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), Passa A Ser R\$ 35.000,00 (Trinta E Cinco Mil Reais) Integralizada Em Moeda Corrente Do País.

CLÁUSULA SEGUNDA: O Empresário Individual Passa A Ter Por Objeto O Exercício Das Seguintes Atividades Econômicas: **TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, INSTALACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS, CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTACAO DE SERVICOS, ATIVIDADES DE DESIGN, SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO, TREINAMENTO EM INFORMATICA**

PARAGRAFO ÚNICO: Em Estabelecimento Eleito Como Sede (Matriz) Será(ÃO) Exercida(S) A(As) - Atividade(S) **TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, INSTALACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS, CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTACAO DE SERVICOS, ATIVIDADES DE DESIGN, SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO, TREINAMENTO EM INFORMATICA.**

CLÁUSULA TERCEIRA: Em Consequências Das Alterações, Resolve O Empresário Consolidar O Instrumento De Inscrição O Qual, Já Refletindo As Alterações Acima, Passa A Ter A Seguinte Redação.

CONSOLIDAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO

CLASULA PRIMEIRA: O Empresário Individual Tem Nome Empresarial Denominado **"50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES"**

CLÁUSULA SEGUNDA: O Empresário(a) Individual Tem Sua Sede Na Avenida Francisco Vidal De Moura, nº 435, Centro, Cep: 58.955-000.



**INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL
"50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES"**

CLÁUSULA TERCEIRA: O Capital É De R\$ 35.000,00 (Trinta E Cinco Mil Reais) Totalmente Subscrito E Integralizado, Neste Ato Em Moeda Corrente No País.

CLÁUSULA QUARTA: O Empresário Individual Tem Como Objeto: TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, INSTALACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS, CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTACAO DE SERVICOS, ATIVIDADES DE DESIGN, SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO, TREINAMENTO EM INFORMATICA.

CLÁUSULA QUINTA: A Empresa Iniciou Suas Atividades Em: 29/03/2023 E Seu Prazo De Duração É Indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA: O Empresário Declara, Sob As Pena Da Lei, Inclusive Que Vão Ser Verídicas Todas As Informações Prestadas Neste Instrumento E Quanto Ao Artigo 299 Do Código Penal, Não Estar Impedido De Exercer Atividade De Empresária E Não Possuir Outro Registro Como Empresário Individual No País.

CLAUSULA SETIMA: O Empresário Declara, Sob As Pena Da Lei O Enquadramento Da Empresa, Como Micro Empresa, Onde A Receita Bruta Anual Da Empresa Não Excederá O Limite Fixado No Inciso II Do Art. 3º Da Lei Complementar Nº 123 De 14 De Dezembro De 2006, E Que Não Se Enquadra Em Qual Quer Hipóteses De Exclusão Relacionada No § 4º do Art 3º Da Mencionada Lei. Em atendimento ao disposto na lei complementar nº 123/2006.

E Por Estar Assim Constituído, Assino O Presente Instrumento Particular Que Foi Lavrado Em Uma Única Via Que Será Destinada Ao Registro E Arquivamento Na Junta Comercial Do Estado Da Paraíba, Para Que A Mesma Adquira Personalidade Jurídica, De Acordo Com A Legislação Em Vigor.

Serra Grande-Pb 24 de janeiro de 2024

Maria Davilla Silva Lopes

MARIA DAVILLA SILVA LOPES
Empresário(a)



TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, JOAO MARCOS NUNES DA SILVA, com inscrição ativa no CRC/PB, sob o nº 012687, registrado em 12/11/2018, inscrito no CPF nº 06949716427, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
06949716427	012687	JOAO MARCOS NUNES DA SILVA



CERTIFICO O REGISTRO EM 02/02/2024 06:15 SOB Nº 20240451686.
PROTOCOLO: 240451686 DE 25/01/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12401540300. CNPJ DA SEDE: 50135408000149.
NIRE: 25803646314. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 02/02/2024.
50.135.408 MARIA DAVILLA SILVA LOPES

MARIA DE FATIMA VENTURA VENANCIO
SECRETÁRIA-GERAL
www.redesim.pb.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 23675/25. Data: 28/02/2025 11:39. Responsável: Vandico A. de Oliveira.
Impresso por convidado em 28/02/2025 16:06. Validação: 5815.2203.B160.B26E.D532.9308.3DCA.3595.



RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 28/02/2025 às 11:39:05 foi protocolizado o documento sob o Nº 23681/25 da subcategoria Contratos , exercício 2025, referente a(o) Prefeitura Municipal de São Mamede, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Vandico Alves de Oliveira.

Número do Contrato: 002000112025

Data da Publicação: 24/02/2025

Data da Assinatura: 21/02/2025

Data Final do Contrato: 21/02/2026

Valor Contratado: R\$ 42.000,00

Situação do Contrato: Vigente

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA ESPECIALIZADA E ADMINISTRATIVA, NO SISTEMA DE BANCO DE PREÇO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-BPS, REALIZANDO O PREENCHIMENTO DE FORMA CONTÍNUA E MENSAL COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS MENSAIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE - PB.

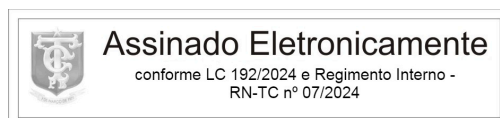
Contratado (Nome): 50.135.408 Maria Davilla Silva Lopes

Contratado (CNPJ): 50.135.408/0001-49

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Documento	Informado?	Autenticação
Comprovante de publicidade	Sim	848f748fd1ee2b2f7351706426ea19d5
Comprovantes de regularidade da contratada	Sim	58152203b160b26ed53293083dca3595
Comprovação da existência de dotação orçamentária	Sim	2326c606432793d49cc2639eb8710da2
Contrato ou instrumento equivalente	Sim	9af0611e71bee2539324d792e01412dd
Designação da fiscalização técnica do contrato	Sim	66b793025452da03394f5ad16dc45401
Designação do fiscal administrativo do contrato	Não	
Designação do gestor do contrato	Sim	66b793025452da03394f5ad16dc45401

João Pessoa, 28 de Fevereiro de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB



Documento: 23675/25

Subcategoria: Licitações

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de São Mamede

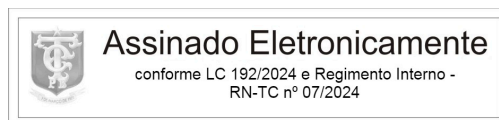
Exercício: 2025

CERTIDÃO CERTIDÃO DE ANEXAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 28/02/2025 às 11:39h o usuário TRAMITA (operação automática) anexou o Documento 23681/25 ao Documento 23675/25, tendo sido copiados os seguintes arquivos para os autos eletrônicos do Documento 23675/25:

Documento	Páginas	Autenticação
Contrato ou instrumento equivalente	70 - 75	9af0611e71bee2539324d792e01412dd
Designação da fiscalização técnica do contrato	76 - 79	66b793025452da03394f5ad16dc45401
Comprovante de publicidade	80 - 86	848f748fd1ee2b2f7351706426ea19d5
Designação do gestor do contrato	87 - 90	66b793025452da03394f5ad16dc45401
Comprovação da existência de dotação orçamentária	91	2326c606432793d49cc2639eb8710da2
Comprovantes de regularidade da contratada	92 - 112	58152203b160b26ed53293083dca3595
RECIBO PROTOCOLO	113	19e010c97ad63411285085f22d477527

João Pessoa, 28 de Fevereiro de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB